

Statkraft Energias Renováveis S.A. e Controladas

Demonstrações Financeiras
Individuais e Consolidadas
Referentes ao Exercício Findo em
31 de Dezembro de 2019 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Statkraft Energias Renováveis S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Statkraft Energias Renováveis S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais práticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Statkraft Energias Renováveis S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB".

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e a suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Processos investigativos

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 31 às demonstrações financeiras, a qual descreve que: (i) como parte do processo de integração ao Grupo Statkraft, após a aquisição pelo Grupo do controle majoritário da Companhia e de suas controladas, em 13 de julho de 2015, o Grupo realizou uma investigação interna relacionada à Companhia, sendo que o verificado durante essa investigação foi informado às autoridades competentes durante o exercício de 2016 e, no atual estágio, não é possível prever o resultado final; (ii) a Companhia, entre outras pessoas físicas e jurídicas relacionadas aos fundos de participação detidos pela Fundação dos Economistas Federais - FUNCEF e outros fundos de pensão, foi arrolada como parte em uma ação civil pública ajuizada pela Associação Nacional Independente dos Participantes e Assistidos da FUNCEF - ANIPA, cujo objetivo é reconhecer supostos prejuízos causados aos participantes da citada Associação por alegada má administração dos recursos pela FUNCEF, o que, atualmente, vem sendo classificado com avaliação de risco possível. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esses assuntos.

A Deloitte refere-se a uma ou mais entidades da Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada, de responsabilidade limitada, estabelecida no Reino Unido ("DTTL"), sua rede de firmas-membro, e entidades a ela relacionadas. A DTTL e cada uma de suas firmas-membro são entidades legalmente separadas e independentes. A DTTL (também chamada "Deloitte Global") não presta serviços a clientes. Consulte www.deloitte.com/about para obter uma descrição mais detalhada da DTTL e suas firmas-membro.

A Deloitte oferece serviços de auditoria, consultoria, assessoria financeira, gestão de riscos e consultoria tributária para clientes públicos e privados dos mais diversos setores. A Deloitte atende a quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®, por meio de uma rede globalmente conectada de firmas-membro em mais de 150 países, trazendo capacidades de classe global, visões e serviços de alta qualidade para abordar os mais complexos desafios de negócios dos clientes. Para saber mais sobre como os cerca de 286.200 profissionais da Deloitte impactam positivamente nossos clientes, conecte-se a nós pelo Facebook, LinkedIn e Twitter.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

a) Combinação de negócios

Conforme descrito na nota explicativa nº 13 às demonstrações financeiras, em dezembro de 2018, a Companhia concluiu a aquisição do controle das empresas Tamar Pequenas Centrais Hidroelétricas Ltda. ("Tamar") e Santa Fé Energia S.A. ("Santa Fé"). Ao adquirir um negócio, a Companhia deve mensurar o valor justo dos ativos adquiridos, incluindo os direitos de exploração dos contratos de concessão e autorização, e dos passivos assumidos, bem como o valor justo da contraprestação transferida. A Companhia deve também mensurar e reconhecer separadamente o ágio. A alocação final foi concluída em dezembro de 2019, dentro do período de 12 meses contados da data de aquisição, quando finalizaram os laudos e as aprovações dos órgãos de governança da Companhia.

Esse tema foi considerado um principal assunto em nossa auditoria, pois: (i) os valores envolvidos nas aquisições da Tamar e da Santa Fé foram materiais para a auditoria; (ii) a mensuração dos valores justos de ativos, passivos e direitos de exploração dos contratos de concessão e autorização envolve a aplicação de metodologias e premissas de avaliação relevantes que são complexas e requerem alto grau de julgamento por parte da Administração e de seus especialistas, tais como taxas de desconto e de crescimento; (iii) alterações nas premissas adotadas poderiam ter impactos relevantes nas demonstrações financeiras consolidadas e no valor do investimento registrado nas demonstrações financeiras da controladora; e (iv) houve forte interação com a Administração da Companhia na avaliação do tema.

Nossos principais procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) avaliação das políticas contábeis aplicadas pela Companhia para reconhecimento e mensuração de combinação de negócios; (ii) o envolvimento dos nossos especialistas em finanças corporativas para a avaliação das principais premissas e metodologias utilizadas pela Companhia na mensuração e no adequado reconhecimento do valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos e do ágio; e (iii) a avaliação se as divulgações efetuadas pela Administração nas demonstrações financeiras estão apropriadas.

Com base nos procedimentos de auditoria efetuados no teste de reconhecimento e alocação do valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos e do ágio, consideramos o reconhecimento das combinações de negócios da Tamar e Santa Fé aceitável no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e tomadas em conjunto. Avaliamos também a adequação das divulgações sobre combinações de negócios, as quais estão apresentadas na nota explicativa nº 13 às demonstrações financeiras.

b) Reconhecimento de receita

O reconhecimento de receita foi considerado um principal assunto em nossa auditoria em virtude: (i) da relevância da receita líquida nas demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas, bem como dos processos que suportam seu reconhecimento; (ii) do risco inerente de que a receita seja reconhecida sem que sejam atendidos todos os critérios mínimos necessários para seu reconhecimento; e (iii) do risco de que o cálculo da receita variável não esteja de acordo com as condições e com os termos contratuais.

Dessa forma, nossos principais procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) obtenção do entendimento sobre o fluxo de reconhecimento de receitas considerando a natureza da receita, as regras de comercialização de energia e as características do contrato de venda de energia, entre outros; (ii) avaliação do desenho e da implementação dos controles internos relevantes determinados pela Administração sobre o reconhecimento de receitas; (iii) obtenção do entendimento dos principais sistemas utilizados no processo de reconhecimento da receita; (iv) seleção de transações de vendas ao longo do exercício com base em amostragem estatística e confronto com os respectivos contratos de venda de energia e demais documentos-suporte para verificar se representavam receitas válidas e condizentes com o curso normal dos negócios da Companhia; e (v) recálculo das receitas variáveis baseadas nas cláusulas contratuais e nos dados obtidos de fontes oficiais.

Com base nos procedimentos de auditoria efetuados relacionados ao reconhecimento da receita e nas evidências de auditoria obtidas que suportam os nossos testes, entendemos que os critérios de reconhecimento de receita adotados pela Administração, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas nº 2.19 e nº 23 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado ("DVA"), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão reconciliadas com as demonstrações financeiras e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e de suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e de suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.


- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e de suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, pela supervisão e pelo desempenho da auditoria do Grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Porto Alegre, 12 de março de 2020


DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" RS


Renato Vieira Lima
Contador
CRC nº 1 SP 257330/O-5

STATIKRAFT ENERGÍAS RENOVÁVEIS S.A. E CONTROLADAS

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019
(Valores expressos em milhares de reais – R\$)

ATIVO	Nota explicativa	Controladora		Consolidado		Nota explicativa	Controladora		Consolidado				
		31.12.2019	31.12.2018	31.12.2019	31.12.2018		31.12.2019	31.12.2018	31.12.2019	31.12.2018			
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO													
CIRCULANTE													
Caixa e equivalentes de caixa	5	85.992	73.546	219.702	261.171	17	9.993	4.931	103.982	130.672			
Contas a receber	6	16.425	30.592	62.415	128.725	18	6.027	29.800	35.382	59.213			
Dividendos a receber	10	27.312	33.257	1.494	1.350	10	54.378	52.893	54.376	52.909			
Tributos a recuperar		5.350	3.387	14.808	9.309	19	-	-	9.897	10.421			
Repactuação do risco hidrológico	7	647	-	2.382	3.049		5.981	4.285	6.933	7.039			
Outros ativos		4.570	395	8.142	5.418	27	1.848	-	2.819	-			
Total do ativo circulante		140.296	141.177	308.943	409.022	20	1.249	2.440	4.674	7.840			
						26	-	-	5.551	19.384			
						10	2.149	17.725	2.149	17.725			
						21	2.360	145	6.744	11.819			
							83.985	112.219	232.507	317.022			
NÃO CIRCULANTE													
Aplicação financeira restrita	9	-	-	43.818	43.021								
Contas a receber	6	-	-	28.072	33.064	18	221.663	227.403	511.718	546.907			
Partes relacionadas	10	180	2.533	-	2.352	19	-	-	70.388	68.893			
Imposto de renda e contribuição social diferidos	26	950	-	13.726	13.726	20	-	-	1.025	1.207			
Repactuação do risco hidrológico	7	2.490	-	4.552	5.302	26	-	-	865	1.018			
Outros ativos		2.961	840	3.743	2.534	14.a)	-	-	10.455	10.143			
Propriedades para investimento	16	15.123	15.497	15.123	15.497	27	9.233	-	11.713	-			
Operações descontinuadas	8	2.173	1.896	2.173	1.896	31	38.537	14.294	43.692	20.814			
Investimentos ao valor justo	11	60.827	48.686	60.827	48.686	26	40.601	42.773	40.601	42.773			
						12	-	-	-	-			
Investimentos	12	898.048	1.407.866	27.198	26.451	21	623	-	2.695	9.642			
Imobilizado	14	353.008	3.359	1.343.327	1.468.449								
Intangível	15	196.813	640	352.013	174.231								
Total do ativo não circulante		1.532.573	1.481.317	1.894.572	1.835.209		311.035	284.470	693.152	701.397			
						22	1.131.910	1.131.910	1.131.910	1.131.910			
						22	101.358	57.327	101.358	57.327			
						22	44.581	36.568	44.581	36.568			
							1.277.849	1.225.805	1.277.849	1.225.805			
							1.277.849	1.225.805	1.277.856	1.225.812			
TOTAL DO ATIVO		1.672.869	1.622.494	2.203.515	2.244.231		1.672.869	1.622.494	2.203.515	2.244.231			

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras.

STATKRAFT ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto o lucro por ação)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31.12.2019	31.12.2018	31.12.2019	31.12.2018
RECEITA					
Receita líquida do fornecimento de energia elétrica	23	35.472	-	437.244	313.516
Receita líquida da prestação de serviços	23	7.630	9.008	826	1.030
Receita líquida		43.102	9.008	438.070	314.546
Custo do fornecimento de energia elétrica					
Custo do fornecimento de energia elétrica	24.a)	(39.308)	-	(213.625)	(137.346)
Custo dos serviços prestados	24.a)	(4.115)	(3.765)	(5.217)	(4.309)
LUCRO BRUTO		(321)	5.243	219.228	172.891
Gerais e administrativas					
Gerais e administrativas	24.b)	(61.153)	(35.466)	(94.785)	(62.707)
Equivalência patrimonial	12	137.267	100.739	6.291	5.682
Dividendos auferidos	11	4.314	4.932	4.314	4.932
Outras (despesas) receitas	24.c)	(22.144)	(564)	(22.370)	1.971
		58.284	69.641	(106.550)	(50.122)
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E IMPOSTOS SOBRE O LUCRO					
		57.963	74.884	112.678	122.769
RESULTADO FINANCEIRO					
Despesas financeiras	25	(25.883)	(4.853)	(62.605)	(47.275)
Receitas financeiras	25	7.072	9.409	23.046	21.069
Total do resultado financeiro		(18.811)	4.556	(39.559)	(26.206)
LUCRO ANTES DOS TRIBUTOS					
		39.152	79.440	73.119	96.563
Imposto de renda e contribuição social	26	5.808	(5.008)	(28.159)	(22.131)
LUCRO DO EXERCÍCIO PROVENIENTE DAS OPERAÇÕES EM CONTINUIDADE					
		44.960	74.432	44.960	74.432
OPERAÇÕES DESCONTINUADAS					
Resultado proveniente de operações descontinuadas	8	276	200	276	200
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO					
		45.236	74.632	45.236	74.632
ATRIBUÍVEL A					
Acionistas da controladora				45.236	74.632
Participação de não controladores				-	-
				45.236	74.632
LUCRO BÁSICO E DILUÍDO POR LOTE DE MIL AÇÕES - R\$					
De operações continuadas		0,20589	0,51924		
De operações descontinuadas		0,00126	0,00140		
	32	0,20715	0,52064		

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras.

STATKRAFT ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado)

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31.12.2019</u>	<u>31.12.2018</u>	<u>31.12.2019</u>	<u>31.12.2018</u>
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	45.236	74.632	45.236	74.632
Outros componentes do resultado abrangente, líquido de impostos:				
Variação de investimentos ao valor justo	8.013	(9.721)	8.013	(9.721)
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	<u>53.249</u>	<u>64.911</u>	<u>53.249</u>	<u>64.911</u>
ATRIBUÍVEL A				
Acionistas da controladora			53.249	64.911
Participação de não controladores			<u>-</u>	<u>-</u>
			<u>53.249</u>	<u>64.911</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras.

STATKRAFT ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (CONTROLADORA E CONSOLIDADO)

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

(Valores expresso em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado)

	Nota explicativa	Capital social	Reservas de lucros			Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total Controladora	Participação de não controladores	Total Consolidado
			Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Reserva de lucros					
SALDOS EM 1º DE JANEIRO DE 2018		711.365	420	21.316	46.289	-	779.390	7	779.397	
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	74.632	74.632	-	74.632	
Aumento de capital	22	420.545	-	-	-	-	420.545	-	420.545	
Ajuste de avaliação patrimonial	11	-	-	-	(9.721)	-	(9.721)	-	(9.721)	
Constituição de reserva legal		-	3.732	-	-	(3.732)	-	-	-	
Destinação de dividendos adicionais	22	-	-	(21.316)	-	-	(21.316)	-	(21.316)	
Destinação de dividendos obrigatórios	22	-	-	-	-	(17.725)	(17.725)	-	(17.725)	
Constituição de reserva de retenção de lucros		-	-	53.175	-	(53.175)	-	-	-	
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018		<u>1.131.910</u>	<u>4.152</u>	<u>53.175</u>	<u>36.568</u>	<u>-</u>	<u>1.225.805</u>	<u>7</u>	<u>1.225.812</u>	
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	45.236	45.236	-	45.236	
Ajuste de avaliação patrimonial	11	-	-	-	8.013	-	8.013	-	8.013	
Constituição de reserva legal		-	2.261	-	-	(2.261)	-	-	-	
Destinação de dividendos obrigatórios	22	-	-	-	-	(2.149)	(2.149)	-	(2.149)	
Outras movimentações em reservas de lucros		-	-	944	-	-	944	-	944	
Constituição de reserva de retenção de lucros		-	-	40.826	-	(40.826)	-	-	-	
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019		<u>1.131.910</u>	<u>6.413</u>	<u>94.945</u>	<u>44.581</u>	<u>-</u>	<u>1.277.849</u>	<u>7</u>	<u>1.277.856</u>	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

STATKRAFT ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
 PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019
 (Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31.12.2019	31.12.2018	31.12.2019	31.12.2018
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS					
Lucro antes dos tributos		39.152	79.440	73.119	96.563
Ajustes para reconciliar o lucro antes dos tributos:					
Rendimento sobre aplicação financeira restrita	9	-	-	(2.286)	(2.374)
Equivalência patrimonial	12	(137.267)	(100.739)	(6.291)	(5.682)
Valor residual de propriedades para investimentos baixados	16	374	680	374	680
Valor residual do ativo imobilizado e intangível baixados	14 e 15	2.272	4.310	14.969	4.893
Depreciação e amortização	14 e 15	33.710	517	118.549	66.173
Encargos financeiros de debêntures, financiamentos e empréstimos	18	18.060	450	42.668	24.937
Juros sobre arrendamento mercantil		808	-	1.196	-
Atualização monetária da provisão para remoção de imobilizado		-	-	312	385
Provisão (reversão) para riscos cíveis, tributários e trabalhistas	31	24.119	(421)	22.878	(2.493)
Dividendos de investidas ao valor justo	11	(4.314)	(4.932)	(4.314)	(4.932)
Variações nos ativos e passivos:					
Contas a receber		31.451	(16.349)	71.302	(19.033)
Tributos a recuperar		(919)	174	(5.499)	(3.676)
Outras movimentações em ativos		(4.868)	40	(2.516)	(857)
Fornecedores		349	1.650	(26.690)	18.188
Salários e encargos sociais		1.257	(675)	(106)	1.272
Tributos a recolher		(18.945)	1.160	(20.964)	(1.056)
Outras movimentações em passivos		337	147	(12.330)	9.917
Encargos pagos de debêntures, financiamentos e empréstimos	18	(17.573)	(3.247)	(41.847)	(32.731)
Imposto de renda e contribuição social pagos		-	-	(31.110)	(13.705)
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades operacionais continuadas		(31.997)	(37.795)	191.414	136.469
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS					
Aplicação financeira de longo prazo		-	-	(30)	-
Resgates de aplicação financeira restrita	9	-	-	1.519	2.267
Aquisição de controladas	9	(1.871)	(600.761)	-	(533.850)
Aquisição de bens do imobilizado e intangível	14 e 15	(141.635)	(1.412)	(155.896)	(8.657)
Partes relacionadas	10	1.466	26.212	1.467	(687)
Redução (aumento) de capital em investidas	12	13.504	(152.600)	-	(2.600)
Dividendos recebidos	12	139.615	85.130	9.714	8.914
Ajuste de preço pago na aquisição de investidas		(14.443)	-	(14.443)	-
Outras movimentações em investimentos		(1.782)	-	-	-
Caixa líquido proveniente (aplicado nas) das atividades de investimentos		(5.146)	(643.431)	(157.669)	(534.613)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO					
Recebimento pela emissão de novas ações	18	-	420.545	-	420.545
Recebimento de debêntures	18	-	230.000	-	230.000
Recebimento de empréstimos de curto prazo	18	-	30.000	-	30.000
Pagamentos de financiamentos e debêntures - principal	18	(30.000)	-	(59.841)	(185.600)
Dividendos pagos	22. b)	(15.373)	(18.954)	(15.373)	(18.954)
Caixa líquido proveniente (aplicado nas) das atividades de financiamentos e debêntures		(45.373)	661.591	(75.214)	475.991
(REDUÇÃO) AUMENTO LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		(82.516)	(19.635)	(41.469)	77.847
Caixa e equivalentes de caixa provenientes de incorporação de investida	5	94.962	-	-	-
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	5	73.546	93.181	261.171	183.324
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	5	85.992	73.546	219.702	261.171
(REDUÇÃO) AUMENTO LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		(82.516)	(19.635)	(41.469)	77.847

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras.

STATKRAFT ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31.12.2019	31.12.2018	31.12.2019	31.12.2018
RECEITAS	23	48.217	9.008	468.204	314.546
Venda de energia elétrica		39.571	-	467.268	313.516
Venda de serviços		8.646	9.008	936	1.030
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS		(63.897)	(23.095)	(179.180)	(110.054)
Custo da geração de energia	24.a)	(7.656)	-	(94.394)	(69.302)
Custo dos serviços prestados	24.a)	(2)	-	(5.217)	(4.309)
Despesas gerais e administrativas	24.b)	(34.095)	(20.567)	(57.199)	(38.414)
Outros resultados operacionais	24.c)	(22.144)	(2.528)	(22.370)	1.971
VALOR ADICIONADO BRUTO		(15.680)	(14.087)	289.024	204.492
DEPRECIAÇÃO E AMORTIZAÇÃO	14 e 15	(33.709)	(517)	(116.421)	(64.760)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA COMPANHIA		(49.389)	(14.604)	172.603	139.732
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA		148.929	115.280	33.927	31.883
Resultado de equivalência patrimonial	12	137.267	100.739	6.291	5.682
Receitas financeiras	24	7.072	9.409	23.046	21.069
Resultado das operações descontinuadas	8	276	200	276	200
Dividendos auferidos	11	4.314	4.932	4.314	4.932
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR		99.540	100.676	206.530	171.615
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO					
Pessoal:		23.005	12.878	32.869	22.648
Remuneração direta		18.399	9.811	26.511	16.988
Benefícios		3.087	2.490	4.470	4.607
FGTS		1.519	577	1.888	1.053
Impostos, taxas e contribuições:		4.284	7.810	64.487	25.560
Federais		4.068	7.810	64.464	25.560
Municipais		216	-	23	-
Remuneração de capitais de terceiros:		27.015	5.356	63.938	48.775
Juros	25	19.638	2.107	45.441	29.836
Aluguéis	24.b)	1.132	503	1.333	1.500
Despesa financeira uso do bem público	25	-	-	10.726	13.601
Outras despesas financeiras	25	6.245	2.746	6.438	3.838
Remuneração de capitais próprios:		45.236	74.632	45.236	74.632
Reservas de lucros		43.087	56.907	43.087	56.907
Dividendos destinados		2.149	17.725	2.149	17.725
VALOR ADICIONADO TOTAL DISTRIBUÍDO		99.540	100.676	206.530	171.615

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras.

STATKRAFT ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A. E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO DE 31 DE DEZEMBRO DE 2019

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Statkraft Energias Renováveis S.A. ("Companhia" ou "SKER"), com sede social em Florianópolis, Santa Catarina, tem por atividade principal a participação no capital social de empresas nas áreas de geração de energia elétrica, além da prestação de serviço de operação e manutenção. Seus ativos atuam na geração de energia eólica e hídrica compreendendo uma capacidade instalada total de 449,8 MW.

Em 21 de dezembro de 2018, a Companhia adquiriu 100% de participação das empresas Tamar Pequenas Centrais Hidroelétricas S.A. (anteriormente denominada EDP Pequenas Centrais Hidroelétricas S.A.) e Santa Fé Energia S.A. Vide maiores informações na nota explicativa nº13.

Em 16 de agosto de 2019, foi aprovada a incorporação da investida Tamar Pequenas Centrais Hidroelétricas S.A. ("Tamar PCH") pela Companhia, nos termos do Protocolo e Justificação de Incorporação. Como resultado desta incorporação, a Tamar PCH foi extinta de pleno direito e a Companhia tornou-se sua sucessora. O patrimônio líquido da Tamar PCH na data da incorporação e com base no valor contábil, representava o montante de R\$283.847. Para atendimento dos requisitos legais, a Companhia contratou uma empresa especializada para emissão do laudo de avaliação do patrimônio líquido com data de 30 de junho de 2019, de acordo com o Comunicado Técnico CTG 2002, aprovado pelo Conselho Federal de Contabilidade. Os saldos de ativos adquiridos e passivos assumidos estão representados na nota explicativa nº 13.

Em 08 de outubro de 2019, a Companhia adquiriu 100% de participação nas empresas Ventos de Santa Eugênia Energias Renováveis S.A. e Ventos de São Vitorino Energias Renováveis S.A., ambas detentoras de projetos eólicos 'greenfield' em desenvolvimento, ampliando a representatividade do Grupo Statkraft no setor de energia do Brasil.

Em 18 de outubro de 2019, a Statkraft Energias Renováveis S.A, participou do 30º Leilão de Energia Nova do tipo A-6 e sagrou-se vencedora com os projetos eólicos Ventos de Santa Eugênia e Serra de Mangabeira, com potência instalada de 420MW e 75,6MW, respectivamente. Os projetos vencedores tiveram parte da energia vendida às distribuidoras de energia elétrica. Ventos de Santa Eugênia assegurou a comercialização de 75,3 MW médios e Serra da Mangabeira teve 12,1 MW médios vendidos, com início de suprimento em 1º de janeiro de 2025, conforme as diretrizes do Ministério de Minas e Energia (MME).

Para viabilizar os projetos eólicos supracitados foram constituídas dez Companhias para o projeto eólico Ventos de Santa Eugênia e uma companhia para o projeto Serra de Mangabeira, essa última constituída em janeiro de 2020.

A Companhia possui participação societária nas seguintes companhias operacionais, e também na Enex O&M de Sistemas Elétricos Ltda. ("Enex"), que foi descontinuada em 2016:

Companhia	Tipo	Participação Societária	
		2019	2018
<u>Eólicas operacionais:</u>			
Energen Energias Renováveis S.A. ("Energen")	(a) Controlada direta	99,99%	99,99%
Macaúbas Energética S.A. ("Macaúbas")	(a) Controlada direta	100,00%	100,00%
Novo Horizonte Energética S.A. ("Novo Horizonte")	(a) Controlada direta	100,00%	100,00%
Seabra Energética S.A. ("Seabra")	(a) Controlada direta	100,00%	100,00%
<u>Eólicas não operacionais:</u>			
Ventos de Santa Eugênia Energias Renováveis S.A. ("Santa Eugênia")	(h) Controlada direta	100,00%	-
Oslo I S.A.	(i) Controlada direta	99,99%	-
Oslo II S.A.	(i) Controlada direta	99,99%	-
Oslo III S.A.	(i) Controlada direta	99,99%	-
Oslo IV S.A.	(i) Controlada direta	99,99%	-
Oslo V S.A.	(i) Controlada direta	99,99%	-
Oslo VI S.A.	(i) Controlada direta	99,99%	-
Oslo VII S.A.	(i) Controlada direta	99,99%	-
Oslo VIII S.A.	(i) Controlada direta	99,99%	-
Oslo IX S.A.	(i) Controlada direta	99,99%	-
Oslo X S.A.	(i) Controlada direta	99,99%	-
Ventos de São Vitorino Energias Renováveis S.A. ("São Vitorino")	(h) Controlada direta	100,00%	-
<u>Pequenas Centrais Hidrelétricas</u>			
Esmeralda S.A. ("Esmeralda")	(b) Controlada direta	100,00%	100,00%
Santa Laura S.A. ("Santa Laura")	(b) Controlada direta	100,00%	100,00%
Santa Rosa S.A. ("Santa Rosa")	(b) Controlada direta	100,00%	100,00%
Moinho S.A. ("Moinho")	(c) Controlada direta	100,00%	100,00%
Santa Fé Energia S.A. ("Santa Fé")	(c) Controlada direta	100,00%	100,00%
Passos Maia Energética S.A. ("Passos Maia")	(c) Controlada em conjunto	50,00%	50,00%
<u>Usinas Hidrelétricas</u>			
Monel Monjolinho Energética S.A. ("Monel")	(d) Controlada direta	100,00%	100,00%
Tamar Pequenas Centrais Hidroelétricas S.A. ("Tamar")	(e) Controlada direta	-	100,00%
Usina Hidrelétrica Cubatão S.A. ("Cubatão")	(f) Outras participações	20,00%	20,00%
Ceran - Companhia Energética Rio das Antas ("Ceran")	(f) Outras participações	5,00%	5,00%
Dona Francisca Energética S.A. ("Dfesa")	(f) Outras participações	2,12%	2,12%
<u>Serviços de Operação e Manutenção (O&M):</u>			
Enex O&M de Sistemas Elétricos Ltda. ("Enex")	(g) Operação descontinuada	100,00%	100,00%

- (a) Referem-se a controladas diretas da Companhia, sociedades por ações de capital fechado, que têm por objeto social projetar, implantar, operar e explorar parques eólicos específicos, localizado no Estados da Bahia e do Sergipe. Em regime de autorização, tem toda a sua produção contratada com a CCEE, no âmbito do Leilão de Energia de Reserva - 2009 ("LER 2/2009").
- (b) Referem-se a controladas diretas da Companhia, sociedades por ações de capital fechado, que têm por objeto social exclusivo a geração e comercialização de energia elétrica de Pequenas Centrais Hidrelétricas ("PCHs") localizadas nos Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Rio de Janeiro, respectivamente. Em regime de autorização, estes complexos têm toda a sua produção contratada com a Centrais Elétricas Brasileiras - Eletrobrás, no âmbito do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica - PROINFA.
- (c) Referem-se a controladas diretas e controlada em conjunto da Companhia, respectivamente, sociedades por ações de capital fechado, que têm por objeto social exclusivo a geração e comercialização de energia elétrica de Pequenas Centrais Hidrelétricas ("PCHs") localizadas nos Estados do Rio Grande do Sul, Espírito Santo e Santa Catarina, respectivamente, atuando sobre o regime de autorização.
- (d) Refere-se a controlada direta da Companhia, sociedade por ações de capital fechado, que tem por objeto social exclusivo a geração e comercialização de energia elétrica em Usina Hidrelétrica ("UHE") localizada no Estado de Santa Catarina. Em regime de concessão, este complexo possui a sua produção contratada com as distribuidoras que declararam demanda no Leilão de Energia Nova - 2011 ("LEN 2011 (A-3)").
- (e) Controlada direta incorporada pela Companhia em 2019, com objeto social de geração, transmissão e comercialização de energia; desenvolvimento e implementação de projetos; gerenciamento de ativos e consultoria na área de energia. As atividades de geração e comercialização se dividem em 6 Pequenas Centrais Hidrelétricas ("PCHs") e 1 Usinas Hidrelétrica ("UHE") localizadas no Estado do Espírito Santo. Neste contexto, temos 2 ativos atuando sobre o regime de autorização e os 5 demais sobre o regime de concessão. Apesar de parte do objeto social, a esta companhia não atuou com atividades de transmissão de energia elétrica.
- (f) Referem-se a investimentos sem influência significativa, os quais são registrados a valor justo.
- (g) Refere-se a investimento descontinuado em 20 de dezembro de 2016, sociedade por ações de capital fechado, que tem por objeto social a prestação de serviços a terceiros em contratos de Operação e Manutenção (nota explicativa nº 8)
- (h) Referem-se a controladas diretas com projetos *greenfield* do segmento eólico em fase de desenvolvimento. Santa Eugênia e São Vitorino, ficam localizadas no estado da Bahia compreendendo uma capacidade instalada projetada de 420 MW e 240 MW, respectivamente.
- (i) Companhias constituídas para viabilização do projeto Ventos de Santa Eugênia, cujo a Companhia sagrou-se vencedora no Leilão de Energia Nova (A-6) que ocorreu em 18 de outubro de 2019.

A seguir encontram-se detalhes sobre as geradoras controladas e controlada em conjunto do Grupo:

Usina	Contrato	Portaria	Prazo de	Fim do período de	Capacidade de	Garantia
		MME/Resolução ANEEL	autorização	concessão	produção instalada	física
					MW	MW médio
Eólicas ("EOL"):						
EOL Barra dos Coqueiros (Energem)	LER 2/2009	Portaria MME nº 617/2010	35 anos	jul-45	34,5	10,5
EOL Macaúbas	LER 2/2009	Portaria MME nº 580/2010	35 anos	mai-45	35,07	13,4
EOL Novo Horizonte	LER 2/2009	Portaria MME nº 673/2010	35 anos	mai-45	30,06	10,97
EOL Seabra	LER 2/2009	Portaria MME nº 671/2010	35 anos	mai-45	30,06	11,33
Hídricas:						
PCH Esmeralda	PROINFA	Res. ANEEL nº 605/2001	30 anos	nov-31	22,2	12,32
PCH Santa Laura	PROINFA	Res. ANEEL nº 379/2000	30 anos	ago-30	15	7,99
PCH Santa Rosa	PROINFA	Res. ANEEL nº 197/2001	30 anos	abr-31	30	17,07
PCH Moinho	Cemig	Res. Autoriz. ANEEL nº 1.451/2008	30 anos	jun-38	13,7	6,98
PCH Victor Batista Adami (Passos Maia)	Cemig	Res. Autoriz. ANEEL nº 68/2004	30 anos	fev-34	25	13,7
UHE Monel Monjolinho	LEN 4/2006	Contrato de Concessão nº 18/2002	35 anos	abr-37	74	41,7
UHE Suíça (SKER)	EDP Com.	Contrato de Concessão nº 1/2014	30 anos	jul-25	33,9	21,61
PCH Viçosa (SKER)	ESCELSA	Res. ANEEL nº 111/1999	30 anos	mai-29	4,5	2,52
PCH São João (SKER)	ESCELSA	Res. ANEEL nº 110/1999	26 anos	mai-29	25	12,95
PCH Alegre (SKER)	ESCELSA	Contrato de Concessão nº 4/2013	30 anos	jul-25	2,06	1,16
PCH Fruteiras (SKER)	ESCELSA	Contrato de Concessão nº 4/2013	30 anos	jul-25	8,74	5,56
PCH Jucu (SKER)	ESCELSA	Contrato de Concessão nº 4/2013	30 anos	jul-25	4,84	2,62
PCH Rio Bonito (SKER)	CBR - ESCELSA/CCEAR ⁽¹⁾	Contrato de Concessão nº 4/2013	30 anos	jul-25	22,5	9,4
PCH Francisco Gros (Santa Fé)	CCEAR	Res. ANEEL nº 482/2001	30 anos	nov-31	29	15,58

¹ A PCH Rio Bonito possui contrato bilateral regulado ("CBR") firmado com a contraparte Espírito Santo Centrais Elétricas S.A. ("ESCELSA") e também transações formalizadas por Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado ("CCEAR") firmado com diversas distribuidoras.

1.1. Liminar GSF (*Generation Scalling Fator*)

A retração de geração hidrelétrica do sistema brasileiro elevou significativamente os pagamentos feitos pelos geradores hidrelétricos devido ao agravamento do GSF. Esse fato fez com que as usinas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia - MRE ajuizassem ações judiciais para suspensão dos pagamentos desta natureza. Por conta das liminares favoravelmente concedidas a essas ações judiciais, os saldos no mercado de curto prazo referentes aos períodos entre julho de 2015 e fevereiro de 2018 das controladas UHE Monjolinho e PCH Moinho encontravam-se protegidos do efeito controverso do MRE.

Em 23 de outubro de 2018 ocorreu a modulação da liminar associada a ação judicial que protegia essas usinas (ação judicial GSF APINE), resultando no fim da proteção desde 08 de fevereiro de 2018 porém mantendo-se represados os valores entre 01 de julho de 2015 e 07 de fevereiro de 2018. São esses valores, atualizados por IGPM, que estão devidamente provisionados pela companhia no seu balanço e divulgados na nota explicativa de nº 17.

Estas demonstrações foram aprovadas pela Administração em 12 de março de 2020.

2. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo, sendo que tais políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados.

2.1. Base de Preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards (IFRS)*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo. As premissas para estas estimativas estão divulgadas na Nota 3.

Como não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuíveis aos acionistas da controladora, constantes nas demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as IFRSs e as práticas contábeis adotadas no Brasil, e o patrimônio líquido e resultado da controladora, constantes nas demonstrações financeiras individuais preparadas de acordo com as IFRSs e as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Companhia optou por apresentar essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em um único conjunto, lado a lado.

2.2. Consolidação

As seguintes definições ligadas às políticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas.

(a) Controladas

Controladas são todas as entidades (incluindo as entidades estruturadas) nas quais o Grupo detém o controle. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para o Grupo. A consolidação é interrompida a partir da data em que o Grupo deixa de ter o controle.

Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas do Grupo são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pelo Grupo.

O procedimento de consolidação das contas patrimoniais e de resultado ocorre pela soma dos saldos dos ativos, passivos, receitas e despesas, de acordo com as suas naturezas, ajustados pelas eliminações das transações realizadas entre as empresas consolidadas.

Os principais saldos eliminados na consolidação são as receitas e custos de O&M (operação e manutenção) prestados pela controladora às suas controladas, saldos de contas a receber e pagar entre as empresas consolidadas, saldos de mútuos, saldos de investimentos contabilização por meio de equivalência patrimonial na controladora, e os patrimônios líquidos das controladas.

As práticas contábeis adotadas para controladora e suas subsidiárias são consistentes.

(b) Transações com participações de não controladores

O Grupo trata as transações com participações de não controladores como transações com proprietários de ativos do Grupo. Para as compras de participações de não controladores, a diferença entre qualquer contraprestação paga e a parcela adquirida do valor contábil dos ativos líquidos da controlada é registrada no patrimônio líquido. Os ganhos ou perdas sobre alienações para participações de não controladores também são registrados diretamente no patrimônio líquido, na conta "Ajustes de avaliação patrimonial".

(c) Coligadas e empreendimentos controlados em conjunto

Coligadas são todas as entidades sobre as quais o Grupo tem influência significativa, mas não o controle, geralmente por meio de uma participação societária de 20% a 50% dos direitos de voto.

Os investimentos em coligadas são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial e são, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor de custo. O investimento do Grupo em coligadas inclui o ágio identificado na aquisição, líquido de qualquer perda por *impairment* acumulada.

(d) Combinação de negócios

É o método contábil aplicado quando há ocorrência de aquisição de um negócio, conforme definição do CPC 15 Combinação de Negócios. Em uma combinação de negócios é requerido que os ativos identificáveis e passivos assumidos sejam mensurados ao seu valor justo à data da aquisição de controle, e que o preço de compra seja alocado conforme esta mensuração. Os valores justos de ativos excedentes aos valores de livro são classificados como "mais valia" no grupo de investimentos para fins da controladora, enquanto o valor não alocado pela mensuração dos ativos e passivos ao valor justo é classificado como "ágio".

2.3. Moedas funcionais e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional do Grupo e da Companhia e, também, a sua moeda de apresentação. Todas as informações foram apresentadas em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma.

2.4. Apresentações de informações por segmentos

O grupo não elabora informações por segmento, uma vez que atua preponderantemente na geração de energia elétrica por meio de contratos de longo prazo, que representam a totalidade da receita do Grupo nos anos de 2019 e 2018.

2.5. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor.

2.6. Ativos financeiros

Classificação

A administração classifica seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, mensurados ao valor justo por meio do resultado abrangente e mensurados ao custo amortizado. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos.

Os ativos financeiros são apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço.

(a) Mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, com a finalidade de receber fluxos de caixa contratuais e que dêem origem em datas especificadas à pagamentos de principal e juros.

(b) Mensurados ao valor justo por meio do resultado abrangente

Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, com a finalidade tanto de receber fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros e também ativos que dêem origem em datas especificadas à pagamentos de principal e juros.

(c) Custo amortizado

Os ativos cujo principal objetivo da Companhia é colher os fluxos de caixa contratuais, os quais representam somente o pagamento de principal e juros, e passivos financeiros que são mensurados pelo custo amortizado com base no método da taxa efetiva de juros. Atualização monetária, juros e variação cambial, deduzidos de perdas ao valor recuperável (quando aplicável), são reconhecidos no resultado como receitas ou despesas financeiras, quando incorridos.

Os ativos financeiros são apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço.

Reconhecimento e mensuração

Os investimentos são inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são reconhecidos pelo valor justo e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios de propriedade. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado no período em que ocorrem. As variações no valor justo de títulos monetários e não monetários classificados como disponíveis para venda são reconhecidas no patrimônio.

As variações decorrentes dos instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado abrangente são apresentadas na demonstração de resultado abrangente do período em que ocorrem.

Os dividendos de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado e de instrumentos de patrimônio líquido disponíveis para venda, como exemplo as ações, são reconhecidos na demonstração do resultado como parte de outras receitas, quando é estabelecido o direito da Companhia de receber dividendos.

Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados entre si e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos sempre que há uma intenção da companhia em liquidá-los numa base líquida, ou realizar ainda o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Impairment de ativos financeiros

(a) Ativos mensurados ao custo amortizado

O Grupo avalia no final de cada exercício do relatório se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda esperada") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

O montante da perda por *impairment* é mensurada como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo ou investimento mantido até o vencimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por *impairment* é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, o Grupo pode mensurar o *impairment* com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável.

Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão dessa perda reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

Em caso de evidência objetiva de *impairment*, o prejuízo acumulado - medido como a diferença entre o custo de aquisição e o valor justo atual, menos qualquer perda por *impairment* sobre o ativo financeiro reconhecido anteriormente no resultado - será retirado do patrimônio e reconhecido na demonstração do resultado. Se, em um período subsequente, o valor justo do instrumento de dívida classificado como disponível para venda aumentar, e o aumento puder ser objetivamente relacionado a um evento que ocorreu após a perda por *impairment* ter sido reconhecida no resultado, a perda por *impairment* é revertida por meio de demonstração do resultado.

Para investimentos em títulos patrimoniais, um significativo ou prolongado declínio no seu valor justo, abaixo do seu custo, é também uma evidência de que esses ativos estão deteriorados. Se qualquer evidência desse tipo existir para os investimentos em títulos patrimoniais, o prejuízo acumulado será retirado do patrimônio e reconhecido na demonstração do resultado. Perdas por *impairment* reconhecidas no resultado do exercício são avaliadas periodicamente conforme estimativa de perdas de crédito para cada ativo financeiro.

2.7. Contas a receber

As contas a receber correspondem aos valores a receber decorrentes de: (i) venda de energia elétrica contratada até a data das demonstrações financeiras; (ii) serviços prestados de consultoria e gerenciamento; (iii) serviços prestados de operação e manutenção operacional (O&M). Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão estimada para créditos de liquidação duvidosa ("PECLD"), se aplicável.

2.8. Demais ativos circulantes e não circulantes

Impostos a recuperar consistem, substancialmente, em créditos decorrentes de Programa de Integração Social (PIS), Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS), Imposto de Renda e Contribuição Social (IRPJ e CSLL), decorrentes da retenção na fonte sobre serviços prestados, fornecimento de energia elétrica e outros, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, as variações monetárias auferidas.

As despesas antecipadas, representadas pelos custos incorridos na contratação de Seguro Operacional e Risco Civil, são apropriados *pro rata temporis* ao longo do prazo de cobertura.

As despesas com seguro regulatório são reconhecidas pelo seu valor presente calculado com base no IPCA anual projetado e, assim como as despesas financeiras incorridas, são apropriadas ao longo do prazo de outorga da usina ou do contrato de venda de energia conforme contrato de repactuação do risco hidrológico.

2.9. Imobilizado

O imobilizado é demonstrado ao custo de aquisição ou construção, incluindo os encargos financeiros incorridos na fase de construção das usinas decorrentes do financiamento contratado, deduzido da sua depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear, considerando a vida útil técnica dos ativos imobilizados limitadas ao prazo de concessão ou da autorização para as usinas eólicas e a vida útil estabelecida pelo Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE) para as usinas hídricas, conforme detalhado na nota 3.1.

Ganhos e perdas em alienações são determinados pela comparação dos valores de alienação com o valor contábil e são incluídos no resultado.

Reparos e manutenção são apropriados ao resultado durante o período em que são incorridos. O custo das principais renovações é incluído no valor contábil do ativo no momento em que for provável que os benefícios econômicos futuros que ultrapassarem o padrão de desempenho inicialmente avaliado para o ativo existente fluirão para a Companhia e suas empresas controladas. As principais renovações são depreciadas ao longo da vida útil remanescente do ativo relacionado.

2.10. Intangível

(a) Ágio

O ágio (*goodwill*) é representado pela diferença positiva entre o valor pago e/ou a pagar pela aquisição de um negócio e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da controlada adquirida. O ágio de aquisições de controladas é registrado como "Ativo intangível" nas demonstrações financeiras consolidadas. No caso de apuração de deságio, o montante é registrado como ganho no resultado do período, na data da aquisição. O ágio é testado anualmente para verificar alocação de perdas (*impairment*) e contabilizado pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por *impairment*. Perdas por *impairment* reconhecidas sobre ágio não são revertidas. Os ganhos e as perdas da alienação de uma entidade incluem o valor contábil do ágio relacionado com a entidade vendida.

O ágio é alocado a Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) para fins de teste de *impairment*. A alocação é feita para as Unidades Geradoras de Caixa ou para os grupos de Unidades Geradoras de Caixa que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou, e são identificadas de acordo com o segmento operacional.

(b) Uso do bem público

Refere-se ao direito de exploração do aproveitamento hidrelétrico e sistema de transmissão contratado decorrente do contrato de concessão. É constituído pelo valor justo do direito relacionado com o uso do bem público (UBP) até o final do contrato de concessão e amortizado pelo correspondente prazo, a partir do início da operação comercial da usina.

2.11. Propriedades para investimento

O saldo apresentado no grupo de "propriedades para investimento" representa o valor justo dos investimentos realizados em terras pela Companhia. Anualmente, a companhia efetua a avaliação destes valores justos, que são ajustados contra o resultado caso diferenças sejam identificadas em relação à avaliação do ano anterior.

2.12. Contas a pagar aos fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo). Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

2.13. Financiamentos e debêntures

Os financiamentos e debêntures tomados são reconhecidos contabilmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, os financiamentos e debêntures tomados são apresentados pelo custo, líquido dos pagamentos realizados, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (*pro rata temporis*).

Os financiamentos e debêntures são classificados como passivo circulante, a menos que o Grupo tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Os custos de empréstimos e debêntures que são diretamente atribuíveis à aquisição,

construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos e debêntures são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

2.14. Concessões a pagar

É registrado inicialmente ao valor justo e subsequentemente mensurados pelo custo amortizado, atualizado pelo IGP-M incorrido até a data do balanço. Os saldos do passivo circulante e não circulante estão reconhecidos ao valor presente, onde se considerou uma taxa de desconto de 9,50%.

2.15. Provisões, ativos e passivos contingentes

Os ativos contingentes não são reconhecidos, porém os passivos contingentes são objeto de divulgação em notas explicativas quando a probabilidade de saída de recursos for possível, inclusive aqueles cujos valores não possam ser estimados.

As provisões são reconhecidas quando existir uma obrigação presente como resultado de um evento passado e seja provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos será necessária para liquidar a obrigação, cujo valor possa ser estimado de maneira confiável.

As provisões para desmobilização de ativos, recuperação ambiental e ações judiciais (trabalhista, civil, ou tributária), são reconhecidas quando: (i) o Grupo tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança. As provisões não incluem as perdas operacionais futuras.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

O Grupo é parte em processos judiciais e administrativos envolvendo questões cíveis, fiscais, trabalhistas e ambientais decorrente do curso normal de suas operações, cujas estimativas para determinar os valores das obrigações e a probabilidade de saída de recursos são realizadas pela Statkraft Energias Renováveis S.A., com base em opinião de seus assessores jurídicos, quando necessário, e nos julgamentos da Administração.

2.16. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

Imposto de renda e contribuição social correntes

O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório. As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos correntes e diferidos.

Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

O imposto de renda e a contribuição social correntes são calculados com base no lucro tributável aplicando-se alíquotas vigentes no final do período que está sendo reportado.

O imposto de renda e a contribuição social correntes são apresentados líquidos, por contribuinte, quando existe direito à compensação dos valores reconhecidos e quando há intenção de liquidar em bases líquidas, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(a) Lucro real

O imposto de renda e a contribuição social, via de regra são calculados pelas alíquotas regulares de 15% (acrescida de adicional de 10% para o imposto de renda se ultrapassado o limite tributável) e de 9% para a contribuição social.

(b) Lucro presumido

Conforme facultado pela legislação fiscal vigente, a base de cálculo do imposto de renda é calculada à razão de 8% e a da contribuição social à razão de 12% sobre as receitas brutas (32% quando a receita for proveniente de prestação de serviços) e 100% das demais receitas, inclusive as financeiras, sobre as quais se aplicam as alíquotas regulares do respectivo imposto e contribuição.

Os regimes aplicados a cada empresa do grupo podem ser verificados conforme detalhamento abaixo:

Lucro Presumido:

Energen Energias Renováveis S.A.
Macaúbas Energética S.A.
Novo Horizonte Energética S.A.
Seabra Energética S.A.
Esmeralda S.A.
Santa Laura S.A.
Santa Rosa S.A.
Moinho S.A.
Passos Maia Energética S.A.
Santa Fé Energia S.A.
Ventos de Santa Eugênia Energias Renováveis S.A.
Ventos de São Vitorino Energias Renováveis S.A.
Oslo I S.A.
Oslo II S.A.
Oslo III S.A.
Oslo IV S.A.
Oslo V S.A.
Oslo VI S.A.
Oslo VII S.A.
Oslo VIII S.A.
Oslo IX S.A.
Oslo X S.A.

Lucro Real:

Monel Monjolinho Energética S.A.
Statkraft Energias Renováveis S.A.

Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal.

2.17. Demais passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas.

2.18. Capital Social

A companhia somente possui ações ordinárias, que são classificadas integralmente no patrimônio líquido.

2.19. Reconhecimento da receita

(a) Venda de energia elétrica

Estas receitas são reconhecidas quando o controle do bem é transferido para o comprador, que para este caso se refere a disponibilização da energia elétrica gerada no SIN - sistema integrado nacional. Para aquelas usinas hídricas que fazem parte do MRE - Mecanismo de Realocação de Energia - a receita é reconhecida conforme sua garantia física mensal alocada, independente da disponibilização de energia elétrica gerada no SIN. Contudo, caso os participantes do MRE não entreguem o volume de energia elétrica necessária para manutenção da garantia física de cada usina, há a aplicação do GSF (*Generation Scalling Factor*), que reduz a garantia física das usinas, e por consequência suas receitas.

(b) Venda da prestação de serviços de O&M - Operação e Manutenção

São reconhecidas quando ocorre a entrega da prestação de serviços de O&M verificando se os benefícios econômicos derivados desta operação fluirão para entidade. A mensuração ocorre tanto pelo método linear quanto por medição de estágio de execução, à depender da natureza de cada serviço prestado.

2.20. Benefícios a empregados

(a) Participação nos lucros e bônus

O grupo reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em metodologia própria, que leva em conta o resultado obtido no período.

O pagamento de participação nos lucros e bônus constitui a remuneração variável e são embasados no alcance das metas individuais e objetivos empresariais.

2.21. Adoção de pronunciamentos contábeis orientações e interpretações novos e/ou revisados

- CPC 06 (R2) (IFRS 16) - Operações de Arrendamento Mercantil: Conforme emissão dessa norma, os arrendatários passam a ter que reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais, podendo ficar fora do escopo determinados contratos de curto prazo ou de pequenos montantes. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações financeiras dos arrendadores ficam substancialmente mantidos. A Companhia concluiu a avaliação inicial do impacto em suas demonstrações financeiras e, considerando a abordagem consolidada, os contratos que se enquadram no escopo da revisão desta norma compreendem contratos de locação de veículos, arrendamentos de terras e locação de salas comerciais, destinados a viabilizar as atividades das plantas e demais atividades administrativas. Tais contratos têm prazos de duração entre 2 e 10 anos, exceto para os arrendamentos de terras onde o prazo se estende para mais de 5 anos, contêm cláusulas de revisão anual do valor de mercado do aluguel e a companhia não tem a opção de adquirir os ativos arrendados depois de expirado o prazo de duração do arrendamento. Os ativos decorrentes do direito de uso de tais contratos, bem como os passivos relacionados estão apresentados nas rubricas de Imobilizado e Arrendamentos, conforme notas explicativas de nº 14 e 27, respectivamente.
- IFRIC 23/ICPC 22 - Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre a Renda: essa interpretação esclarece como mensurar e reconhecer ativos e passivos de tributos sobre o lucro (IR/CS) correntes e diferidos, à luz do IAS 12/CPC 32, nos casos em que há incerteza sobre tratamentos aplicados nos cálculos dos respectivos tributos. A administração avaliou os principais tratamentos fiscais adotados pelo Grupo nos períodos em aberto sujeitos a questionamento pelas autoridades tributárias e concluiu que não há impacto significativo a ser registrado nas demonstrações financeiras.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre o Grupo.

3. ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS CRÍTICOS

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência da Administração e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

3.1. Estimativas e premissas contábeis críticas

Com base em premissas, o Grupo faz estimativas contábeis das informações trimestrais. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos, estão contempladas abaixo.

a) Vida útil do ativo imobilizado

Até setembro de 2019, o Grupo reconhecia a despesa de depreciação com base não método linear, considerando seus custos e seus valores residuais durante a vida útil técnica estimada para cada grupo de ativos imobilizados, limitados ao prazo de autorização/concessão.

A partir de outubro de 2019, o Grupo realizou mudanças nas estimativas de vida útil do ativo imobilizado das usinas hídricas onde a depreciação passou a ser calculada utilizando as taxas de depreciação que representam o valor residual do imobilizado ao fim da concessão, de acordo com as taxas de depreciação do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE), em função do entendimento da Administração da Companhia no sentido de haver direito à indenização dos valores residuais ao final da concessão/autorização. Caso haja alteração no cenário regulatório ou à medida que fatos novos relacionados ao tema ocorram, referidas taxas poderão ser revistas, para refletir a adequada vida útil econômica dos bens integrantes do ativo imobilizado.

Anualmente o grupo avalia se há indícios de mudança da vida útil técnica esperada para os grupos de ativos, e a cada três anos é formalizado um novo estudo técnico, independentemente da existência de evidências de mudança da expectativa adotada de vida útil.

b) Teste de redução do valor de recuperação dos ativos de longa duração

Existem regras específicas para avaliar o valor recuperável dos ativos de vida longa, especialmente imobilizado. O Grupo realiza a cada emissão de demonstrações financeiras, ou sempre que houver indicativos, uma análise para determinar se existe evidência de que o montante dos ativos de vida longa não será recuperável. Se tal evidência é identificada, o montante recuperável dos ativos é estimado pelo Grupo.

O montante recuperável de um ativo é determinado pelo maior valor entre: (i) seu valor justo menos custos estimados de venda; e (ii) seu valor em uso. O valor em uso é mensurado com base nos fluxos de caixa descontados derivados pelo contínuo uso de um ativo até o fim de sua vida útil. Quando o valor contábil de um ativo excede o seu montante recuperável, o Grupo reconhece uma redução no saldo contábil desses ativos, quando aplicável.

O processo de revisão do valor recuperável de ativos é subjetivo e requer julgamentos significativos através da realização de análises.

Os saldos de imobilizado e intangível de longa duração estão nas rubricas "Imobilizado", "Intangível" e "Propriedades para investimento". O Grupo não encontrou indicativos de perda de recuperabilidade nos ativos para o exercício de 2019.

c) Valor justo de instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros e análise de fluxos de caixa descontados.

O Grupo usa seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço.

d) Custos de desmobilização dos parques eólicos

As principais atividades a serem concluídas no processo de desmontagem são a remoção de: (i) pás; (ii) eixo; (iii) motor; (iv) seções de torre de aço; e (v) painéis elétricos e outros.

Devido à falta de custos históricos de desmobilização no mercado (o segmento eólico no Brasil é bastante novo), bem como da própria empresa, foi necessário considerar os custos dos serviços de instalação para avaliar o custo do desmantelamento de usinas eólicas.

Para o custo de montagem de um parque eólico foi considerado o custo de mobilização de guindaste e mão de obra, além do custo diário para executar o serviço.

e) Provisões para riscos cíveis, tributários e trabalhistas

Estas estimativas são mensuradas com base em avaliação e qualificação dos riscos com probabilidade de perda provável. Estas avaliações são suportadas pelo julgamento dos seus assessores jurídicos e da administração, considerando as jurisprudências e o histórico de eventuais acordos e decisões, bem como outros aspectos aplicáveis.

f) Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízos fiscais

Os ativos diferidos de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízos fiscais são reconhecidos com base na expectativa de lucro futuro das companhias que tais prejuízos. As expectativas são realizadas pela administração, e os tributos diferidos desta natureza recuperáveis em até 10 anos são reconhecidos.

g) Alocação de preço de compra advindo de combinações de negócios

Em uma transação de combinação de negócios é requerido que os ativos e passivos dos negócios adquiridos sejam registrados pelo seu valor justo. Para alguns ativos e passivos é necessário fazer o uso de técnicas de mensuração que envolvem o uso de julgamento e estimativas. As técnicas utilizadas e ajustes a valor justo são apresentados em nota explicativa específica quando uma combinação de negócios é realizada.

4. GESTÃO DE CAPITAL

Os objetivos do Grupo ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade das empresas para oferecer retorno aos seus acionistas e outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal, adequada para tal fim.

Os índices de alavancagem podem ser verificados conforme seguem:

	<u>Controladora</u>	
	<u>31.12.2019</u>	<u>31.12.2018</u>
Total dos financiamentos	227.690	257.203
(-)Caixa e equivalentes de caixa	<u>(85.992)</u>	<u>(73.546)</u>
Dívida Líquida	<u>141.698</u>	<u>183.657</u>
Total do patrimônio líquido	<u>1.277.849</u>	<u>1.225.805</u>
Índice de alavancagem financeira - %	11,09	14,98

	<u>Consolidado</u>	
	<u>31.12.2019</u>	<u>31.12.2018</u>
Total dos financiamentos	547.100	606.120
(-)Caixa e equivalentes de caixa	<u>(219.702)</u>	<u>(261.171)</u>

(-)Aplicação financeira restrita	<u>(43.818)</u>	<u>(43.021)</u>
Dívida líquida	<u>283.580</u>	<u>301.928</u>
Total do patrimônio líquido	<u>1.277.856</u>	<u>1.225.812</u>
Índice de alavancagem financeira - %	22,19	24,63

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	<u>31.12.2019</u>	<u>31.12.2018</u>	<u>31.12.2019</u>	<u>31.12.2018</u>
Contas				
bancárias em moeda funcional	948	31	7.789	63.426
Aplicações				
financeiras com liquidez imediata	<u>85.044</u>	<u>73.515</u>	<u>211.913</u>	<u>197.745</u>
	<u>85.992</u>	<u>73.546</u>	<u>219.702</u>	<u>261.171</u>

As aplicações financeiras estão representadas por Certificados de Depósito Bancário - CDBs e Operações Compromissadas, com rentabilidade referenciada no CDI em condições competitivas de mercado, emitidos por instituições financeiras no Brasil. Estas aplicações financeiras podem ser resgatadas a qualquer momento sem quaisquer restrições.

6. CONTAS A RECEBER

		Controladora		Consolidado	
		<u>31.12.2019</u>	<u>31.12.2018</u>	<u>31.12.2019</u>	<u>31.12.2018</u>
Fornecimento de energia elétrica	(i)	10.566	-	46.955	50.762
Saldo de mercado de curto prazo	(ii)	-	-	-	62.545
Geração					
excedente aos contratos CER	(iii)	-	-	42.349	43.112
Contas a					
receber partes relacionadas	(iv)	5.559	30.292	883	5.070
Outras contas a receber	(v)	<u>300</u>	<u>300</u>	<u>300</u>	<u>300</u>
Total		<u>16.425</u>	<u>30.592</u>	<u>90.487</u>	<u>161.789</u>
Apresentados como:					
Ativo Circulante		16.425	30.592	62.415	128.725
Ativo não circulante		-	-	28.072	33.064

- (i) Saldo de recebíveis de clientes pelo fornecimento de energia elétrica em contratos firmados no âmbito do Programa de Incentivo às Fontes alternativas de Energia Elétrica - PROINFA, da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE e outros terceiros, com prazo médio de vencimento de 35 dias.
- (ii) Saldo de recebíveis de fornecimento de energia elétrica liquidado no mercado de curto prazo. Em 2019, os valores estão apresentados líquidos na rubrica de fornecedores (nota explicativa nº 17).

- (iii) Saldo mantido no ativo não circulante do excedente de geração de energia entre 100% e 130% ao montante contratado pelo Contrato de Energia de Reserva - CER mantido com a CCEE nas subsidiárias que compõem os parques eólicos do Grupo Statkraft, que é recebido ao final da apuração de cada quadriênio, quando os saldos são transferidos gradativamente para o curto prazo, conforme expectativa de realização de caixa e atualizados pelo índice IPCA. Já a geração acima de 130% é classificada no curto prazo, conforme expectativa de realização nos próximos 12 meses;
- (iv) Saldos de contas a receber com partes relacionadas, serviço de administração do proprietário e serviços de O&M (operação e manutenção) das controladas e controlada em conjunto com vencimento médio de 28 dias; e
- (v) Outros saldos de contas a receber oriundos da venda de propriedade para investimentos.

7. REPACTUAÇÃO DO RISCO HIDROLÓGICO (CONSOLIDADO)

Por conta do período de hidrologia adverso de 2015, em 11 de dezembro de 2015 a ANEEL publicou a Resolução Normativa nº 684, que estabelece os critérios para anuência e demais condições para repactuação do risco hidrológico de geração hidrelétrica por agentes participantes do Mecanismo de Realocação de Energia - MRE. Em 17 de Dezembro de 2015, o Conselho de Administração da Companhia decidiu pela adesão à proposta para as PCHs Esmeralda, Santa Laura e Santa Rosa II, todas contratadas no âmbito do PROINFA. A classe de produto optado foi o SP100 o qual transfere 100% do risco hidrológico à distribuidora.

As empresas Tamar PCH e Santa Fé também aderiram às condições de repactuação do risco hidrológico protegendo-se de 94% e 92% respectivamente da exposição ao risco do GSF.

8. OPERAÇÕES DESCONTINUADAS

O Grupo Statkraft não possui como *core business* a prestação de serviços a terceiros, sendo o foco deste apenas geração de energia elétrica através de fontes renováveis. Neste sentido, a Companhia entendeu por bem realizar a cessão dos contratos de Operação e Manutenção da subsidiária Enex a terceiros (sob anuência de seus clientes), a fim de que as atividades de operação e manutenção passassem a ser realizadas exclusivamente para as usinas deste Grupo Econômico. Desta forma, após processo seletivo, foi firmado em 20 de dezembro de 2016 contrato com empresa do setor, contemplando a: (i) transferência de contratos de O&M firmados com terceiros; (ii) a transferência de empregados da Sociedade para a cessionária; e (iii) a venda dos bens e equipamentos alocados nas usinas para a prestação de serviços à terceiros, passando a Enex a não mais deter qualquer relação comercial com terceiros.

As análises do resultado de operações descontinuadas, representadas unicamente pelos resultados da subsidiária Enex O&M de Sistemas Elétricos Ltda., são apresentadas a seguir:

	<u>31.12.2019</u>	<u>31.12.2018</u>
Receita líquida	-	-
Custo do serviço prestados	-	-
Despesas gerais e administrativas	(255)	(1.053)
Outros resultados	377	1.211
Resultado financeiro	154	42
Imposto de renda e contribuição social	-	-
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	<u>276</u>	<u>200</u>

O saldo de valor justo destas operações está apresentado no balanço patrimonial na rubrica "Operações descontinuadas" no valor de R\$2.173 (em 31 de dezembro de 2018, R\$1.896).

9. APLICAÇÕES FINANCEIRAS RESTRITAS (CONSOLIDADO)

Por força dos contratos de financiamentos firmados com o BNDES para custeio das obras das PCHs Esmeralda, Moinho e da UHE Monel, bem como com o Banco do Nordeste do Brasil S.A. ("BNB") para o custeio das obras das Usinas Eólicas Novo Horizonte, Seabra e Macaúbas, tais empresas devem manter saldos em conta corrente remunerada, ou de aplicação financeira, denominada "conta reserva", com recursos suficientes para o pagamento, a qualquer momento, do equivalente à soma das últimas três parcelas mensais, no mínimo, de principal, juros e demais despesas acessórias, valor esse que permanecerá bloqueado durante todo o prazo de amortização do referido contrato de financiamento (nota explicativa nº 18).

As aplicações financeiras restritas estão basicamente com os seguintes bancos: Banco Itaú S.A., Bradesco S.A., Banco do Nordeste do Brasil S.A. e Banco do Brasil S.A., com rentabilidade referenciada no CDI. As movimentações das aplicações financeiras restritas do ativo não circulante podem ser assim demonstradas:

	Consolidado	
	31.12.2019	31.12.2018
No início do exercício	43.021	42.914
Aplicações	30	-
Rendimentos líquidos de impostos	2.286	2.374
Resgates	(1.519)	(2.267)
No final do exercício	<u>43.818</u>	<u>43.021</u>

10. PARTES RELACIONADAS

As operações são prestadas em condições específicas acordadas entre as partes. Os saldos patrimoniais são demonstrados ao final dos exercícios conforme abaixo:

		Controladora		Consolidado	
		31.12.2019	31.12.2018	31.12.2019	31.12.2018
Ativo circulante					
Contas a receber					
Energen S.A.	(i)	53	2.398	-	-
Enex O&M de Sistemas Elétricos Ltda.	(i)	300	300	300	300
Esmeralda S.A.	(i)	77	2.846	-	-
Macaúbas Energética S.A.	(i)	955	2.382	-	-
Moinho S.A.	(i)	1320	3.558	-	-
Monel Monjolinho Energética S.A.	(i)	116	4.134	-	-
Novo Horizonte Energética S.A.	(i)	844	1.901	-	-
Passos Maia Energética S.A.	(i)	132	2.929	131	2.929
Santa Laura S.A.	(i)	65	2.445	-	-
Santa Rosa S.A.	(i)	100	3.499	-	-
Seabra Energética S.A.	(i)	860	2.061	-	-
Santa Fé Energia S.A.	(i)	285	-	-	-
Statkraft Investimentos Ltda	(ii)	5	278	5	278
Statkraft Chile Ltda.	(ii)	77	-	77	-
Statkraft Energia do Brasil Ltda.	(ii)	257	1.224	257	1.224
Statkraft AS	(ii)	103	238	103	240
NSL Tidong Power Generation	(ii)	10	99	10	99
		<u>5.559</u>	<u>30.292</u>	<u>883</u>	<u>5.070</u>
Dividendos a receber					
Esmeralda S.A.		4.809	5.400	-	-
Macaúbas Energética S.A.		1.184	1.246	-	-
Moinho S.A.		-	46	-	-
Monel Monjolinho Energética S.A.		1.635	615	-	-
Novo Horizonte Energética S.A.		1.555	1.919	-	-
Passos Maia Energética S.A.		1.494	1.350	1.494	1.350
Seabra Energética S.A.		1.712	1.865	-	-
Santa Laura S.A.		2.720	2.834	-	-
Santa Rosa S.A.		7.030	6.010	-	-
Santa Fé Energia S.A.		5.173	4.876	-	-
		<u>27.312</u>	<u>33.257</u>	<u>1.494</u>	<u>1.350</u>
Ativo não circulante					
Mútuos					
Energen Energias Renováveis S.A	(iii)	180	180	-	-
FUNCEF	(v)	-	2.352	-	2.352
Água Quente Ltda.	(iv)	4.421	3.956	4.421	3.955

		Controladora		Consolidado	
		31.12.2019	31.12.2018	31.12.2019	31.12.2018
Bom Retiro S.A.	(iv)	2.401	2.175	2.401	2.175
Provisão para perdas estimadas com créditos	(vi)	(6.822)	(6.130)	(6.822)	(6.130)
		180	2.533	-	2.352
Total do Ativo		33.051	66.082	2.377	8.772

		Controladora		Consolidado	
		31.12.2019	31.12.2018	31.12.2019	31.12.2018
Passivo circulante					
Partes relacionadas					
Statkraft AS	(vii)	239	970	239	970
Statkraft Energia do Brasil Ltda.	(vii)	3	-	3	-
Statkraft investimentos Ltda.	(viii)	54.136	51.923	54.134	51.939
		54.378	52.893	54.376	52.909
Dividendos a pagar					
Statkraft investimentos Ltda.		1.747	14.412	1.747	14.412
FUNCEF		402	3.313	402	3.313
Total dividendos a pagar		2.149	17.725	2.149	17.725
Total do Passivo		56.527	70.618	56.525	70.634

- (i) Saldos a receber pela prestação de serviços compartilhados e serviços de O&M (operação e manutenção) entre controladora e suas investidas no Brasil.
- (ii) Saldos a receber de partes relacionadas no Brasil e no exterior.
- (iii) Saldo a receber de venda de créditos tributários pela controladora às suas subsidiárias conforme previsão do Programa de Regularização Tributária.
- (iv) Saldo de mútuo entre a controladora e controlada liquidado durante o segundo trimestre de 2018.
- (v) Saldo de mútuos mantidos com outras partes relacionadas. Em 2018 houve liquidação parcial do saldo de mútuos com a acionista FUNCEF no valor de R\$4.358 com dividendos (nota explicativa nº 22.b) e posterior liquidação do saldo residual em 2019.
- (vi) Provisão para perda ao valor recuperável de saldos de mútuos com outras partes relacionadas.
- (vii) Saldos a pagar referente serviço tomado de partes relacionadas.
- (viii) Saldo de mútuo devido pela Statkraft Energias Renováveis S.A. a acionista Statkraft Investimentos Ltda., conforme aprovado em reunião prévia de acionistas na data 2 de agosto de 2017 e saldo a pagar de garantias financeiras tomadas.

A seguir as transações ocorridas no exercício:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2019	31.12.2018	31.12.2019	31.12.2018
Receita bruta na venda de energia elétrica				
Statkraft Energia do Brasil Ltda.	3.582	-	3.582	-
Moinho S.A.	69	-	-	-
Santa Fé Energia S.A	101	-	-	-
	3.752	-	3.582	-

Receita Bruta de prestação de serviços e compartilhamento de despesas:				
Enex O&M de Sistemas Elétricos Ltda.	-	20	-	20
Energen Energias Renováveis S.A	856	1.498	-	-
Esmeralda S.A.	1.228	1.781	-	-
Macaúbas Energética S.A.	1.056	1.550	-	-
Moinho S.A.	1.068	1.741	-	-
Monel Monjolinho Energética S.A.	1.848	2.507	-	-
Novo Horizonte Energética S.A.	868	1.258	-	-
Passos Maia Energética S.A.	1.172	1.167	1.172	1.167
Santa Fé Energia S.A	635	-	-	-
Santa Laura S.A.	1.071	1.579	-	-
Santa Rosa S.A.	1.469	2.212	-	-
Statkraft Chile Inverciones Eléctricas Ltda.	56	-	56	-
Statkraft Energia do Brasil Ltda.	615	1.231	4.197	1.231
Statkraft Investimentos Ltda.	156	279	156	279
Statkraft AS	195	201	195	201
Seabra Energética S.A.	908	1.354	-	-
NSL Tidong Power Generation	-	99	-	99
	13.201	18.457	5.776	2.997

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2019	31.12.2018	31.12.2019	31.12.2018
Custo na compra de energia elétrica				

Statkraft Energia do Brasil Ltda	(3.350)	-	(3.350)	-
	<u>(3.350)</u>	<u>-</u>	<u>(3.350)</u>	<u>-</u>
Despesas com prestação de serviços				
Statkraft Investimentos Ltda.	(11)	(22)	(11)	(22)
Statkraft Energia do Brasil Ltda	(5)	-	(5)	-
Monel Monjolinho Energética S.A.	(15)	-	-	-
Macaúbas Energética S.A.	(1)	-	-	-
Statkraft AS	(3.290)	(1.273)	(3.290)	(1.273)
	<u>(3.322)</u>	<u>(1.295)</u>	<u>(3.306)</u>	<u>(1.295)</u>
	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31.12.2019</u>	<u>31.12.2018</u>	<u>31.12.2019</u>	<u>31.12.2018</u>
Receitas financeiras				
Com garantias financeiras				
Moinho S.A.	93	-	-	-
Com mútuos				
Santa Rosa S.A.	-	399	-	-
Funcef	11	272	11	272
	<u>104</u>	<u>671</u>	<u>11</u>	<u>272</u>
Despesas financeiras				
Com mútuos				
Statkraft Investimentos Ltda.	(1.577)	(1.658)	(1.577)	(1.658)

10.1. Remuneração do pessoal-chave da Administração

A remuneração do pessoal-chave da Administração, que inclui os conselheiros e diretores estatutários, totalizou R\$7.770 no exercício findo em 31 de dezembro de 2019, e R\$6.524 no exercício findo em 31 de dezembro de 2018, correspondendo a benefícios de curto prazo e encargos previdenciários. A Companhia não possui pessoal-chave que não seja estatutário, e também não possui planos de remuneração pós-emprego, de rescisão, ou baseada em ação ou outros benefícios de longo prazo.

11. INVESTIMENTOS AO VALOR JUSTO

Os respectivos investimentos abaixo estão relacionados a entidades sobre as quais a Companhia não possui influência significativa nos seus respectivos negócios e são reconhecidos a valor justo:

<u>Outras participações</u>	<u>Participação %</u>	<u>31.12.2019</u>	<u>31.12.2018</u>
Companhia Energética Rio das Antas - CERAN	5,00	53.289	40.824
Dona Francisca Energética S.A. - DFESA	2,12	7.538	7.862
		<u>60.827</u>	<u>48.686</u>

A Companhia também possui 20% de participação na Usina Hidrelétrica Cubatão S.A. que também é mensurada ao valor justo. Este investimento encontra-se atualmente em fase pré-operacional, sem previsão para início das operações. Os valores justos mensurados para os exercícios findo em 31 de dezembro de 2019 e o exercício de 31 de dezembro de 2018 são zero.

Nos anos de 2019 e 2018, foram recebidos dividendos dos investimentos acima nos montantes de R\$4.314 e R\$4.932 respectivamente e reconhecidos no resultado de cada exercício.

A movimentação dos investimentos ao valor justo é assim demonstrada:

	<u>Controladora e Consolidado</u>
Em 1º de janeiro de 2018	63.416
Ajuste de avaliação patrimonial (*)	<u>(14.730)</u>
Em 31 de dezembro de 2018	48.686
Ajuste de avaliação patrimonial (*)	<u>12.141</u>
Em 31 de dezembro de 2019	<u><u>60.827</u></u>

(*) A movimentação do ajuste de avaliação patrimonial apresentada nesta nota explicativa está bruta dos tributos diferidos, sendo o montante líquido, em 31 de dezembro de 2019, R\$8.013 positivo (em 31 de dezembro de 2018, R\$9.721 negativo).

12. INVESTIMENTOS

A composição e movimentação dos investimentos em empresas controladas e controladas em conjunto são assim demonstradas:

	Resultado de equivalência patrimonial										
	31.12. 2018	Aquisição de controladas (iii)	Redução de capital de investida	Dividendos destinados	Incorporação de investida (ii)	Aporte de capital	Resultado do exercício	Amortização de juros capitalizados e lucros não realizados (i)	Amortização de mais valia de ativos	Outras movimentações em Investimentos (iv)	31.12. 2019
Passos Maia Energética S.A. (controlada em conjunto)	26.451	-	-	(5.544)	-	-	6.291	-	-	-	27.198
Total consolidado	26.451	-	-	(5.544)	-	-	6.291	-	-	-	27.198
Passos Maia Energética S.A. (controlada em conjunto)	29.992	-	-	(5.544)	-	-	6.291	-	-	-	30.739
Energen Energias Renováveis S.A.	104.248	-	-	-	-	-	2.417	(57)	-	-	106.608
Esmeralda S.A.	47.720	-	-	(25.344)	-	-	19.235	12	-	(3)	41.620
Macaúbas Energética S.A.	57.278	-	-	(3.438)	-	-	4.986	(60)	-	-	58.766
Moinho S.A.	45.940	-	-	-	-	-	(606)	42	-	997	46.373
Monel Monjolinho Energética S.A.	120.003	-	(14.000)	(8.987)	-	-	6.882	92	-	-	103.990
Novo Horizonte Energética S.A.	48.898	-	-	(7.136)	-	-	6.548	(68)	-	-	48.242
Oslo I S.A.	-	-	-	-	-	20	-	-	-	-	20
Oslo II S.A.	-	-	-	-	-	20	-	-	-	-	20
Oslo III S.A.	-	-	-	-	-	20	-	-	-	-	20
Oslo IV S.A.	-	-	-	-	-	20	-	-	-	-	20
Oslo V S.A.	-	-	-	-	-	20	-	-	-	-	20
Oslo VI S.A.	-	-	-	-	-	20	-	-	-	-	20
Oslo VII S.A.	-	-	-	-	-	20	-	-	-	-	20
Oslo VIII S.A.	-	-	-	-	-	20	-	-	-	-	20
Oslo IX S.A.	-	-	-	-	-	20	-	-	-	-	20
Oslo X S.A.	-	-	-	-	-	20	-	-	-	-	20
Santa Laura S.A.	39.671	-	-	(13.387)	-	-	11.454	16	-	-	37.754
Santa Rosa S.A.	83.655	-	-	(31.020)	-	-	29.600	80	-	-	82.315
Seabra Energética S.A.	48.901	-	-	(7.346)	-	-	7.208	(51)	-	-	48.712
Santa Fé Energia S.A.	313.626	-	-	(34.296)	-	-	21.781	-	(9.792)	1.107	292.426
Tamar Pequenas Centrais Hidrelétricas S.A.	467.934	-	-	-	(501.433)	-	38.153	-	(4.654)	-	-
Ventos de Santa Eugênia Energias Renováveis S.A.	-	1.054	-	-	-	80	(831)	-	-	-	303
Ventos de São Vitorino Energias Renováveis S.A.	-	817	-	-	-	216	(1.411)	-	-	378	-
Total controladora	1.407.866	1.871	(14.000)	(136.498)	(501.433)	496	151.707	6	(14.446)	2.479	898.048

(i) Amortização de serviços e juros capitalizados durante o período de implantação das subsidiárias, realizada conforme vida útil dos ativos.

(ii) Incorporação da investida Tamar PCH conforme descrito na nota explicativa nº 1.

(iii) Em 08 de outubro de 2019, a Companhia adquiriu 100% de participação nas empresas Ventos de Santa Eugênia Energias Renováveis S.A. e Ventos de São Vitorino Energias Renováveis S.A. O tratamento contábil dessa transação foi considerado como aquisição de um ativo, registrando assim o investimento no valor de livros contábeis e o valor justo alocado no intangível, vide nota 15. No final do exercício de 2019 a controlada Ventos de São Vitorino apurou um saldo negativo de patrimônio líquido no total de R\$378, o qual caracterizou a constituição de uma provisão para passivo à descoberto na Companhia no montante mencionado.

(iv) Compreende o saldo de R\$808 referente à ajustes do valor da contraprestação na aquisição das empresas Santa Fé e o respectivo ágio no montante de R\$281, além da atualização financeira sobre o preço de compra no montante e R\$18. Adicionalmente temos outras movimentações em investimentos das controladas Moinho e Esmeralda.

	Resultado de equivalência patrimonial								
	31.12.2017	Resultado do exercício	Amortização de juros capitalizados (i)	Realização de lucros não realizados (i)	Dividendos destinados	Reversão dividendos adicionais 2017	Aquisição de controladas (ii)	Outras movimentações em investimentos (iii)	31.12.2018
Passos Maia Energética S.A. (controlada em conjunto)	20.606	5.683	-	-	(1.349)	1.511	-	-	26.451
Total consolidado	<u>20.606</u>	<u>5.683</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(1.349)</u>	<u>1.511</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>26.451</u>
Passos Maia Energética S.A. (controlada em conjunto)	20.606	5.683	-	-	(1.349)	1.511	-	3.541	29.992
Energen Energias Renováveis S.A.	97.782	6.523	(57)	-	-	-	-	-	104.248
Esmeralda S.A.	28.645	22.737	-	12	(5.400)	1.726	-	-	47.720
Macaúbas Energética S.A.	54.391	5.245	(60)	-	(3.301)	1.003	-	-	57.278
Moinho S.A.	34.783	4.785	(27)	68	(46)	6.377	-	-	45.940
Monel Monjolinho Energética S.A.	117.937	2.589	-	92	(615)	-	-	-	120.003
Novo Horizonte Energética S.A.	53.443	8.078	(68)	-	(12.555)	-	-	-	48.898
Santa Laura S.A.	31.557	11.932	-	16	(12.714)	8.880	-	-	39.671
Santa Rosa S.A.	74.780	25.307	-	80	(16.512)	-	-	-	83.655
Seabra Energética S.A.	55.272	7.855	(51)	-	(14.175)	-	-	-	48.901
Santa Fé Energia S.A.	-	-	-	-	(4.877)	-	275.730	42.773	313.626
Tamar Pequenas Centrais Hidrelétricas S.A.	-	-	-	-	(7.096)	-	325.030	150.000	467.934
Total controladora	<u>569.196</u>	<u>100.734</u>	<u>(263)</u>	<u>268</u>	<u>(78.640)</u>	<u>19.497</u>	<u>600.760</u>	<u>196.314</u>	<u>1.407.866</u>

(i) Amortização de serviços e juros capitalizados durante o período de implantação das subsidiárias, realizada conforme vida útil dos ativos.

(ii) Aquisição de 100% de participação nas empresas Tamar Pequenas Centrais Hidrelétricas S.A. e Santa Fé Energia S.A. em 21 de dezembro de 2018 conforme combinação de negócios detalhada na nota explicativa nº 13.

(iii) Compreende o saldo de R\$3.541 de ágio por expectativa de rentabilidade futura da controlada em conjunto Passos Maia, R\$150.000 referente a aporte de capital realizado para controlada direta Tamar PCH, e R\$42.773 referente ágio na aquisição da controlada Santa Fé.

As principais informações das participações societárias mantidas estão resumidas a seguir:

31 de dezembro de 2019	Participação no capital social - %	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Lucro líquido (prejuízo) do exercício	Amortização de mais valia de ativos	Equivalência patrimonial ajustada com os lucros realizados dos ativos
Empresas controladas							
Energen Energias Renováveis S.A.	99,99	110.271	5.089	102.765	2.417	-	2.360
Esmeralda S.A.	100	48.303	6.592	22.474	19.237	-	19.247
Macaiúbas Energética S.A.	100	139.413	82.133	52.295	4.986	-	4.926
Moinho S.A.	100	96.362	49.277	47.692	(606)	-	(564)
Monel Monjolinho Energética S.A.	100	358.659	253.019	98.758	6.882	-	6.974
Novo Horizonte Energética S.A.	100	119.006	72.457	40.001	6.548	-	6.480
Oslo I S.A.	100	20	-	20	-	-	-
Oslo II S.A.	100	20	-	20	-	-	-
Oslo III S.A.	100	20	-	20	-	-	-
Oslo IV S.A.	100	20	-	20	-	-	-
Oslo V S.A.	100	20	-	20	-	-	-
Oslo VI S.A.	100	20	-	20	-	-	-
Oslo VII S.A.	100	20	-	20	-	-	-
Oslo VIII S.A.	100	20	-	20	-	-	-
Oslo IX S.A.	100	20	-	20	-	-	-
Oslo X S.A.	100	20	-	20	-	-	-
Santa Laura S.A.	100	42.709	4.810	26.444	11.454	-	11.470
Santa Rosa S.A.	100	92.555	9.207	53.749	29.600	-	29.680
Seabra Energética S.A.	100	119.085	71.636	40.241	7.208	-	7.157
Santa Fé Energia S.A. (*)	100	139.749	6.958	111.010	21.781	(9.792)	11.989
Tamar Pequenas Centrais Hidrelétricas S.A. (*)	100	-	0	-	38.153	(4.654)	33.499
Ventos de Santa Eugénia Energias Renováveis S.A.	100	307	4	1.581	(1.278)	-	(831)
Ventos de São Vitorino Energias Renováveis S.A.	100	134	511	1.298	(1.675)	-	(1.411)
Participação nos lucros de controladas							130.976
Empresa controlada em conjunto							
Passos Maia Energética S.A.	50	108.130	53.734	41.814	12.581	-	6.291
Participação nos lucros de coligadas							6.291
Participação total nos lucros de coligadas e controladas							137.267

31 de dezembro de 2018	Participação no capital social - %	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Lucro líquido do exercício	Equivalência patrimonial ajustada com os lucros realizados dos ativos
Empresas controladas						
Energen Energias Renováveis S.A.	99,99	109.843	7.077	96.243	6.523	6.466
Esmeralda S.A.	100	75.894	24.400	28.756	22.737	22.749
Macaúbas Energética S.A.	100	147.143	90.164	51.734	5.245	5.185
Moinho S.A.	100	99.476	56.579	38.113	4.785	4.826
Monel Monjolinho Energética S.A.	100	380.648	258.289	119.771	2.589	2.681
Novo Horizonte Energética S.A.	100	128.245	79.189	40.978	8.078	8.010
Santa Laura S.A.	100	57.319	14.655	30.733	11.932	11.948
Santa Rosa S.A.	100	117.226	26.448	65.472	25.307	25.387
Seabra Energética S.A.	100	127.797	78.344	41.598	7.855	7.804
Tamar Pequenas Centrais Hidrelétricas S.A. (*)	100	151.616	6.323	115.414	29.879	-
Santa Fé Energia S.A. (*)	100	271.756	26.060	225.163	20.533	-
Participação nos lucros de controladas						95.056
Empresa controlada em conjunto						5.683
Passos Maia Energética S.A.						5.683
Participação nos lucros de controlada em conjunto						100.739
Participação total nos lucros de coligadas e controladas						
	50	114.679	59.078	44.236	11.365	

Participação total nos lucros de coligadas e controladas

(*) Não foram reconhecidos resultados de equivalência patrimonial no exercício de 2018 para as empresas Tamar PCH e Santa Fé conforme detalhamento da nota explicativa nº 13.

13. COMBINAÇÃO DE NEGÓCIOS

13.1. Contexto geral

A Statkraft Energias Renováveis S.A adquiriu, no exercício findo em 31 de dezembro de 2018, 100% da participação das empresas Tamar Pequenas Centrais Hidroelétricas S.A. (anteriormente denominada EDP Pequenas Centrais Hidroelétricas S.A.) e Santa Fé Energia S.A. O principal objetivo da Companhia com a aquisição desses negócios está alinhado com a estratégia da Statkraft de desenvolver portfólios flexíveis de geração com aquisições seletivas em mercados priorizados e ampliar sua representatividade no setor de geração de energia no Brasil.

Em 31 de dezembro de 2018, os trabalhos de especialistas avaliadores contratados para determinação do valor justo dos ativos adquiridos e dos passivos assumidos na aquisição, incluindo-se a alocação do preço de compra e apuração do ágio, de acordo com as CPC 15 (R1)- Combinações de negócios (IFRS 3), não haviam sido concluídos.

A Companhia tem até um ano (período de mensuração) para ajustar os valores provisórios reconhecidos inicialmente, na data de aquisição, de forma retrospectiva à medida que se obtenha informações necessárias para mensurar o valor justo dos ativos e passivos, conforme previsto no CPC 15 (R1) e IFRS 3 combinações de negócios.

Seguindo a literatura do item 45 do CPC 15/ IFRS 3, a Companhia divulgou de forma provisória, os valores apurados com base em suas melhores estimativas até o terceiro trimestre de 2019, referente a combinação de negócio para a aquisição das Companhias Tamar PCH e Santa Fé. Considerando o período de mensuração estipulado pelo CPC 15/ IFRS 3, a Companhia identificou os ajustes necessários e estes foram realizados de forma retrospectiva, em 31 de dezembro de 2019.

Tamar Pequenas Centrais Hidroelétrica S.A.

Em 21 de dezembro de 2018, foi implementado o fechamento da operação referenciada no Contrato de compra e Venda de Ações e Outras Avenças celebrado no dia 25 de outubro de 2018, assinado pela Statkraft Energias Renováveis S.A. ("Companhia") e EDP - Energias do Brasil S.A, resultando portanto na aquisição direta pela Companhia de 100% das ações de emissão da Tamar Pequenas Centrais Hidroelétricas, anteriormente detidas pela EDP - Energias do Brasil S.A.

A Tamar Pequenas Centrais Hidroelétricas S.A. ("Tamar PCH"), é uma sociedade anônima por ações de capital fechado, anteriormente controlada integral da EDP - Energias do Brasil S.A. constituída em 2 de janeiro de 2015, com sede no município de Florianópolis, estado de Santa Catarina. A Companhia tem como principal atividade a geração de energia elétrica compondo seus objetos sociais os quais podem ser assim descritos: (i) atividades de geração, transmissão e comercialização de energia elétrica de qualquer origem e natureza; (ii) estudar, planejar, desenvolver e implantar projetos de geração de energia, em suas diversas formas e modalidades; (iii) gerir ativos de geração de energia; (iv) implementar os meios necessários à operação, manutenção e exploração dos projetos de geração de energia, em suas diversas formas e modalidades; e (v) prestar serviços de assessoria, consultoria, engenharia, gerenciamento de projetos, operação e manutenção na área de energia, a clientes no Brasil e/ou exterior. Apesar do objeto social amplo a companhia atua efetivamente na geração e comercialização de energia elétrica.

A Companhia possui junto à ANEEL, as seguintes concessões e autorizações de geração em operação:

Usinas	Modalidade	Outorga	Estado	Capacidade Instalada (MW)	Energia assegurada (MW)	Concessão/ Autorização	
						Início	Termino
UHE Suiça	Produtor Independente	Concessão	ES	33,9	18,91	14/07/1995	16/07/2025
PCH Viçosa	Produtor Independente	Autorização	ES	4,5	2,52	19/05/1999	19/05/2029
PCH São João	Produtor Independente	Autorização	ES	25	12,95	19/05/1999	16/07/2025
PCH Alegre	Produtor Independente	Concessão	ES	2,06	1,16	14/07/1995	16/07/2025
PCH Fruteiras	Produtor Independente	Concessão	ES	8,74	5,56	14/07/1995	16/07/2025
PCH Jucu	Produtor Independente	Concessão	ES	4,84	2,62	14/07/1995	16/07/2025
PCH Rio Bonito	Produtor Independente	Concessão	ES	22,5	9,4	14/07/1995	16/07/2025

Em 16 de agosto de 2019 a investida Tamar Pequenas Centrais Hidroelétricas S.A. foi incorporada pela Companhia conforme aprovação nos termos do Protocolo e Justificação de Incorporação. A Companhia contratou empresa especializada para emissão do laudo de avaliação do patrimônio líquido com data base de 30 de Junho de 2019. O patrimônio líquido da Tamar PCH na data da incorporação com base no valor contábil representava o montante de R\$283.847. Os ativos e passivos líquidos avaliados estão apresentados como segue:

ATIVO

Caixa e equivalentes de caixa	94.962
Contas a receber	17.284
Tributos a recuperar	1.920
Repactuação do risco hidrológico	3.364
Imposto de renda e contribuição social diferidos	950
Imobilizado	194.017
Intangível	861
Outros ativos	2.624
Ativo total	315.982

PASSIVO

Fornecedores	4.713
Partes relacionadas	19
Salários e encargos sociais	439
Tributos a recolher	941
Imposto de renda e contribuição social	16.918
Dividendos a pagar	7.096
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários	124
Outros passivos	1.885
Passivo total	32.135

Total de ativos incorporados e passivos assumidos	283.847
--	----------------

Santa Fé Energia S.A.

Em 21 de dezembro de 2018, foi implementado o fechamento da operação referenciada no contrato de Compra e Venda de Ações e outras Avenças celebrado no dia 25 de outubro de 2018, assinado pela Statkraft Energias Renováveis S.A. ("Companhia") e EDP - Energias do Brasil S.A, resultando portanto na aquisição direta pela Companhia de 100% das ações da Santa Fé Energia S.A. anteriormente detidas pela EDP - Energias do Brasil S.A.

A Santa Fé Energia S.A. ("Santa Fé"), constituída em 30 de maio de 2007, sociedade anônima por ações de capital fechado, com sede no município de Florianópolis, estado de Santa Catarina, controlada anteriormente pela da EDP - Energias do Brasil S.A. tem como principal atividade a geração de energia elétrica compondo seu objeto social que pode ser discriminado da seguinte forma: atuação na realização de estudos, projetos, construção, instalação, operação e exploração de aproveitamentos hidráulicos e de usinas térmicas e linhas de transmissão de energia elétrica; comercialização da energia gerada por esses e outros empreendimentos; práticas de atos de comércio em geral, relacionados a essas atividades; e participação em outras sociedades, empreendimentos e consórcios como acionistas. Apesar do objeto social amplo a companhia atua efetivamente na geração e comercialização de energia elétrica.

Por meio da Resolução Autorizativa da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL nº 482/01, a Companhia é titular exclusiva de autorização para atuar como Produtor Independente de Energia Elétrica mediante a exploração do potencial hidráulico denominado Francisco Gros, caracterizada como Pequena Central Hidrelétrica - PCH, localizada no município de Alegre, estado do Espírito Santo.

Usina	Modalidade	Outorga	Estado	Capacidade Instalada (MW)	Energia Assegurada (MW)	Autorização	
						Início	Fim
Francisco Gros	Produtor Independente	Autorização	ES	29	15,58	13/11/2001	13/11/2031

13.2. Contraprestação transferida

O valor da aquisição acordado da Tamar Pequenas Centrais Hidroelétricas e Santa Fé Energia S.A. foi de R\$600.760, que foi composto de: (i) R\$704.000 (R\$440.000 Tamar PCH e R\$264.000 Santa Fé); (ii) ajuste redutor do preço no montante de R\$89.123 referente a dívida líquida (redução de R\$101.579 para Tamar PCH e acréscimo de R\$12.456 para Santa Fé); e (iii) ajuste redutor de preço de R\$14.117, referente a ajuste de capital de giro (R\$13.391 para Tamar PCH e R\$726 para Santa Fé).

Em junho de 2019, por força do contrato de Compra e Venda de Ações e outras Avenças a contraprestação foi ajustada após o fechamento da transação considerando como premissas: a) revisão da garantia física da Usina Hidrelétrica Suíça (UHE Suíça) homologada pela portaria SPDE nº 144/2019 a qual incrementou a contraprestação referente a Tamar PCH no montante de R\$12.012; b) ajuste no cálculo de capital de giro projetado quando comparado com o realizado em 31 de dezembro de 2018. Esse fato incrementou a contraprestação no montante de R\$808 e R\$1.568 para Santa Fé e Tamar PCH respectivamente.

	Tamar PCH	Santa Fé	Total
Valor de aquisição	440.000	264.000	704.000
(-)/(+) dívida líquida	(101.579)	12.456	(89.123)
(-) Capital de giro	(13.391)	(726)	(14.117)
Ajuste de preço após fechamento	13.616	827	14.443
Contraprestação transferida	<u>338.646</u>	<u>276.557</u>	<u>615.203</u>

13.3. Alocação da contraprestação

A combinação de negócio foi contabilizada utilizando o método de aquisição. O custo da aquisição foi mensurado pela soma da contraprestação transferida, avaliada com base no valor justo na data da aquisição.

Abaixo segue o resumo dos ativos adquiridos e passivos assumidos, considerando o balanço patrimonial da Tamar Pequenas Centrais Hidroelétricas e Santa Fé Energia S.A. em 31 de dezembro de 2018, e os ajustes do valor justo levantados para a aquisição:

	Tamar PCH			Santa Fé		
	Valor Contábil	Ajuste a valor Justo	Valor Justo	Valor Contábil	Ajuste a valor Justo	Valor Justo
ATIVOS						
Caixa e Equivalente de Caixa	54.401	-	54.401	12.510	-	12.510
Contas a receber	15.361	-	15.361	4.098	-	4.098
Imobilizado (*)	194.991	160.426	355.417	129.411	50.885	180.296
Intangível	2.730	-	2.730	597	-	597
Contratos de concessão de energia (**)	-	77.162	77.162	-	75.743	75.743
Outros Ativos	10.086	(1.732)	8.354	5.000	(241)	4.759
	<u>277.569</u>	<u>235.856</u>	<u>513.425</u>	<u>151.616</u>	<u>126.387</u>	<u>278.003</u>
PASSIVOS						
Fornecedores	(992)	-	(992)	(241)	-	(241)
Tributos diferidos (***)	-	-	-	-	(43.053)	(43.053)
Imposto e Contribuição social	(12.101)	-	(12.101)	(527)	-	(527)
Empréstimo	(155.813)	-	(155.813)	-	-	-
Outras contas a pagar	(5.873)	-	(5.873)	(678)	-	(678)
	<u>(174.779)</u>	<u>-</u>	<u>(174.779)</u>	<u>(1.446)</u>	<u>(43.053)</u>	<u>(44.499)</u>
Ativos líquidos adquiridos	<u>102.790</u>	<u>235.856</u>	<u>338.646</u>	<u>150.170</u>	<u>83.334</u>	<u>233.504</u>

* Mais valia dos ativos líquidos adquiridos, calculado por empresa de avaliação independente

** Mais valia do contrato de concessão/autorização junto ao poder concedente, calculado por empresa de avaliação independente

*** Imposto de renda e contribuição social sobre saldos de mais valia reconhecidos conforme expectativa de realização.

O ativo imobilizado da adquirida na data de aquisição era composto majoritariamente por terrenos, imóveis, máquinas e equipamentos. O ativo intangível refere-se a valores atribuídos aos direitos de exploração adquiridos pelos contratos de concessão e autorização.

A Companhia determinou um ágio de R\$43.053 para Santa Fé da seguinte forma:

	Tamar PCH	Santa Fé	Total
Contraprestação transferida	338.646	276.557	615.203
Patrimônio líquido	102.790	150.170	252.960
Ajuste a valor Justo	<u>235.856</u>	<u>83.334</u>	<u>319.190</u>
Ativo líquido adquiridos	<u>338.646</u>	<u>233.504</u>	<u>572.150</u>
Ágio	<u>-</u>	<u>43.053</u>	<u>43.053</u>

13.4. Outras informações

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, o lucro líquido consolidado da Companhia não foi impactado pelos resultados da Tamar PCH e da Santa Fé. A Companhia avaliou o resultado compreendido pelo período de 21 a 31 de dezembro de 2018 e não foram identificados impactos relevantes.

Adicionalmente, apresentamos também a informação pro forma para fins demonstrativos de qual teria sido a receita líquida de vendas e serviços e o lucro líquido do exercício caso as aquisições da Tamar PCH e Santa Fé tivessem ocorrido

em 1º de janeiro de 2018, porém, tal apresentação não pretende ser indicativa do que teria ocorrido se a aquisição tivesse sido concluída nessa data, não sendo necessariamente indicativo dos resultados operacionais futuros. A seguir é apresentada a informação consolidada da Companhia em 31 de dezembro de 2018, como se a aquisição tivesse sido concluída em 1º de janeiro de 2018.

Receita Líquida de vendas e serviços *	464.020
Lucro líquido do exercício*	125.044

* Informações não auditadas pelos auditores independentes

14. IMOBILIZADO

	Controladora										Total
	Terrenos	Reservatório, Barragens e Adutoras	Ferramentas, Maquinas e Equipamentos	Linhas de transmissão	Veiculos	Móveis e utensílios	Edifícios	Arrendamentos	Imobilizado em Andamento		
Saldo em 1º de janeiro de 2018	-	-	204	-	-	1.904	1.029	-	82	3.219	
Custo histórico	-	-	244	-	-	2.851	1.272	-	82	4.449	
Depreciação acumulada	-	-	(40)	-	-	(947)	(243)	-	-	(1.230)	
Adições	-	-	-	-	116	87	29	-	538	770	
Baixas custo	-	-	(24)	-	-	-	-	-	-	(24)	
Baixas depreciação	-	-	6	-	-	-	-	-	-	6	
Transferências custo	-	-	(143)	-	-	1.418	(1.272)	-	(3)	-	
Transferências depreciação	-	-	19	-	-	(262)	243	-	-	-	
Transferências intangível	-	-	-	-	-	111	-	-	(79)	32	
Depreciação	-	-	(9)	-	(6)	(629)	-	-	-	(644)	
Saldo em 31 de dezembro de 2018	-	-	53	-	110	2.629	29	-	538	3.359	
Custo histórico	-	-	77	-	116	4.552	29	-	538	5.312	
Depreciação acumulada	-	-	(24)	-	(6)	(1.923)	-	-	-	(1.953)	
Adições	-	-	2.792	-	-	395	44	10.936	7.954	22.121	
Baixas custo	-	-	(36)	-	-	(24)	-	-	(2.169)	(2.229)	
Baixas depreciação	-	-	24	-	-	9	-	-	-	33	
Transferências Intangível	-	-	-	-	-	-	-	-	(35)	(35)	
Transferências custo	-	78	437	-	(1)	33	25	-	(572)	-	
Transferências depreciação	-	(25)	24	-	-	1	-	-	-	-	
Mais valia de imobilizado	2.387	45.989	97.699	832	69	2.030	12.621	-	-	161.627	
Incorporação Tamar custo	1.206	117.945	128.074	1.906	1.129	5.940	20.628	-	11.567	288.395	
Incorporação Tamar dep. acumulada	(26)	(37.474)	(45.018)	(625)	(679)	(2.393)	(7.371)	-	-	(93.586)	
Amortização Mais-Valia	(316)	(5.873)	(13.474)	(115)	(11)	(299)	(1.296)	-	-	(21.384)	
Depreciação	-	(965)	(1.877)	(26)	(57)	(716)	(191)	(1.461)	-	(5.293)	
Saldo em 31 de dezembro de 2019	3.251	119.675	168.698	1.972	560	7.605	24.489	9.475	17.283	353.008	
Custo histórico	1.206	118.023	131.344	1.906	1.244	10.896	20.726	10.936	17.283	313.564	
Mais valia de imobilizado	2.387	45.989	97.699	832	69	2.030	12.621	-	-	161.627	
Depreciação acumulada	(26)	(38.464)	(46.871)	(651)	(742)	(5.022)	(7.562)	(1.461)	-	(100.799)	
Amortização de mais valia	(316)	(5.873)	(13.474)	(115)	(11)	(299)	(1.296)	-	-	(21.384)	

Statkraft Energias Renováveis S.A. e Controladas

	Consolidado										Total
	Terrenos	Reservatório, Barragens e Adutoras	Ferramentas, Máquinas e Equipamentos	Linhas de transmissão	Aerogeradores	Veículos	Móveis e utensílios	Edifícios	Arrendamentos	Imobilizado em Andamento	
Saldo em 1º de janeiro de 2018	10.482	293.423	151.244	6.024	407.554	4	4.809	37.145	-	16.019	926.704
Custo histórico	15.286	431.603	227.323	8.430	559.145	21	6.967	54.935	-	16.019	1.319.729
Depreciação acumulada	(4.125)	(138.180)	(76.000)	(2.158)	(133.449)	(17)	(2.158)	(17.782)	-	-	(373.869)
Redução do valor recuperável dos ativos (*)	(679)	-	(79)	(248)	(18.142)	-	-	(8)	-	-	(19.156)
Adições	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3.725	3.725
Baixas custo	-	-	(244)	-	-	(8)	(55)	-	-	(1.815)	(2.122)
Baixas depreciação	-	-	126	-	-	7	25	-	-	-	158
Transferências Almoarifado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.316	2.316
Transferências custo	-	874	(3.323)	2.216	2.427	116	2.031	(287)	-	(4.054)	-
Transferências depreciação	(87)	(399)	588	(332)	358	-	(156)	28	-	-	-
Aquisição de controladas	5.380	287.894	238.498	9.086	-	777	6.002	49.919	-	3.356	600.912
Depreciação	(699)	(17.488)	(9.983)	(407)	(31.364)	(9)	(1.102)	(2.192)	-	-	(63.244)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	15.076	564.304	376.906	16.587	378.975	887	11.554	84.613	-	19.547	1.468.449
Custo histórico	20.666	720.371	462.254	19.732	561.574	906	14.945	104.567	-	19.547	1.924.562
Depreciação acumulada	(4.911)	(156.067)	(85.269)	(2.897)	(164.457)	(19)	(3.391)	(19.946)	-	-	(436.957)
Redução do valor recuperável dos ativos (*)	(679)	-	(79)	(248)	(18.142)	-	-	(8)	-	-	(19.156)
Adições	10	-	3.534	-	-	-	454	146	-	19.264	38.169
Aquisição de controladas	-	-	1.172	-	-	-	-	-	-	-	1.172
Alocação de mais valia de controladas	5.435	(60.347)	(4.678)	(393)	-	(173)	257	(9.605)	-	8.434	(61.070)
Baixas custo	-	-	(1.293)	-	(162)	-	(27)	-	-	(5.435)	(6.917)
Baixas depreciação	-	-	80	-	79	-	9	-	-	-	168
Transferências Intangível	-	-	-	-	-	-	-	-	-	839	839
Transferências custo	-	-	2.157	1.447	-	-	477	40	-	(4.121)	-
Amortização Mais-Valia	(552)	(7.966)	(14.793)	(257)	-	(11)	(309)	(1.417)	-	-	(25.305)
Depreciação	(533)	(18.587)	(14.240)	(721)	(31.927)	(135)	(1.386)	(2.646)	(2.003)	-	(72.178)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	19.436	477.404	348.845	16.663	346.965	568	11.029	71.131	-	38.528	1.343.327
Custo histórico	20.702	641.568	402.143	19.760	561.410	1.271	16.271	90.980	-	38.528	1.807.394
Mais valia de imobilizado	5.435	73.031	114.731	2.675	-	69	2.157	14.185	-	-	212.283
Depreciação acumulada	(5.470)	(229.229)	(153.157)	(5.267)	(196.303)	(761)	(7.090)	(32.609)	(2.003)	-	(631.889)
Amortização de mais valia	(552)	(7.966)	(14.793)	(257)	-	(11)	(309)	(1.417)	-	-	(25.305)
Redução do valor recuperável dos ativos	(679)	-	(79)	(248)	(18.142)	-	-	(8)	-	-	(19.156)

(*) A provisão de perda ao valor recuperável da EOL Energen tem base nos seguintes indicativos: produção abaixo da estimada pela Administração; redução da vida útil do ativo imobilizado e revisão da taxa de desconto. Houve o reconhecimento da perda por "impairment" no ativo imobilizado desta investida no montante total de R\$19.156. Em 2019 o Grupo não identificou indícios que pudessem indicar novas perdas ao valor recuperável de ativos.

Em decorrência da mudança de estimativa de vida útil do ativo imobilizado e intangível mencionado na nota explicativa 3.1 a), o balanço patrimonial e o resultado do exercício estão apresentados a maior conforme quadro abaixo:

	<u>Impacto mudança estimativa</u>
PCH Santa Rosa	1.509
PCH Santa Laura	770
UHE Monel Monjolinho	2.366
UHE Moinho	546
UHE Esmeralda	725
	<u>5.916</u>

Abaixo é apresentada a taxa média anual de depreciação conforme alteração da estimativa da vida útil de ativos:

<u>Grupo DF</u>	<u>Taxa Média Ponderada</u>
Aerogeradores	5,46%
Direito de Softwares	18,12%
Edifícios	2,88%
Ferramentas, Máquinas e Equipamentos	5,20%
Linhas de transmissão	3,93%
Móveis e utensílios	8,92%
Outros Intangíveis	2,31%
Reservatório, Barragens e Adutoras	2,11%
Terrenos	1,56%
Uso do bem público	3,98%
Veículos	14,04%

a) Custo de remoção de imobilizado

Os parques eólicos não estão sujeitos a devolução ao poder concedente e não há obrigação legal de remover os equipamentos do local onde estão instalados. Apesar disso, o departamento de desenvolvimento de negócios reavaliou a abordagem da Companhia, e a partir desta data considera que a remoção da planta de energia do local instalado é necessária com o objetivo de retornar a área o máximo possível ao status original. Os gastos de desmobilização foram mensurados com base em estimativas e tem como base as informações disponíveis para os custos de desmontagem dos equipamentos e obras civis, inflacionados e descontados à taxa média de custo de capital de cada empreendimento.

O saldo de provisão para remoção de imobilizado é apresentado da seguinte forma:

	<u>Consolidado</u>	
	<u>31.12.2019</u>	<u>31.12.2018</u>
UEE Energen	3.227	3.129
UEE Macaúbas	2.663	2.584
UEE Novo Horizonte	2.283	2.215
UEE Seabra	2.283	2.215
Total	<u>10.455</u>	<u>10.143</u>

15. INTANGÍVEL

	Direito de Softwares	Mais valia de contratos	Controladora Uso do bem público	Outros Intangíveis	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2018	654	-	-	3.541	4.195
Custo histórico	1.017	-	-	3.541	4.558
Amortização acumulada	(363)	-	-	-	(363)
Adições	252	-	-	-	252
Transferências investimentos	-	-	-	(3.541)	(3.541)
Baixas custo	(428)	-	-	-	(428)
Baixas amortização	311	-	-	-	311
Transferências imobilizado	(32)	-	-	-	(32)
Amortização	(116)	-	-	-	(116)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	641	-	-	-	641
Custo histórico	724	-	-	-	724
Amortização acumulada	(83)	-	-	-	(83)
Adições (nota explicativa 15.1)	460	-	-	129.994	130.454
Transferência Imobilizado	35	-	-	-	35
Transferências	-	-	-	-	-
Baixas custo	(839)	-	-	-	(839)
Baixas amortização	763	-	-	-	763
		75.791			
Ajuste de mais valia de incorporada	166	-	-	-	75.957
Incorporação de controlada custo	2.881	-	6.020	142	9.043
Incorporação de controlada amort. acumulada	(2.151)	-	(5.385)	(16)	(7.552)
Amortização Mais-Valia	(25)	(11.434)	-	-	(11.459)
Amortização	(193)	-	(37)	-	(230)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	1.738	64.762	714	129.599	196.813
Custo histórico	3.261	-	6.020	130.136	139.417
Mais valia de intangível	166	75.791	-	-	75.957
Amortização acumulada	(1.664)	-	(5.422)	(16)	(7.102)
Amortização de mais valia	(25)	(11.434)	-	-	(11.459)

Consolidado

	Direito de Softwares	Ágio	Mais valia de contratos	Uso do bem público	Outros Intangíveis	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2018	4.186	3.541	-	35.212	9.500	52.439
Custo histórico	4.536	3.541	-	50.990	33.668	92.735
Amortização acumulada	(350)	-	-	(15.778)	(24.168)	(40.296)
Adições	4.908	-	-	-	24	4.932
Baixas custo	(3.179)	-	-	-	(4.212)	(7.391)
Baixas amortização	250	-	-	-	4.212	4.462
Amortização	(543)	-	-	(1.798)	(588)	(2.929)
Aquisição de controladas	945	42.773	76.419	702	1.879	122.718
Saldo em 31 de dezembro de 2018	6.567	46.314	76.419	34.116	10.815	174.231
Custo histórico	10.740	3.541	-	57.010	33.719	105.010
Mais valia de intangível	283	42.773	76.419	-	(1.029)	118.446
Amortização acumulada	(4.456)	-	-	(22.894)	(21.875)	(49.225)
Adições	1.396	-	-	-	129.994	131.390
Aquisição de controladas	-	-	-	-	207	207
Ajuste mais valia de controladas	(123)	281	74.918	-	1.463	76.539
Transferência Imobilizado	147	-	-	-	(986)	(839)
Baixas custo	(3.012)	-	-	-	(29.471)	(32.483)
Baixas amortização	2.480	-	-	-	21.554	24.034
Amortização Mais-Valia	(25)	-	(17.270)	-	(46)	(17.341)
Amortização	(1.473)	-	-	(1.918)	(334)	(3.725)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	5.957	46.595	134.067	32.198	133.196	352.013

	Consolidado					Total
	Direito de Softwares	Ágio	Mais valia de contratos	Uso do bem público	Outros Intangíveis	
Custo histórico	9.271	3.541	-	57.010	133.463	203.285
Mais valia de intangível	160	43.054	151.337	-	434	194.985
Amortização acumulada	(3.449)	-	-	(24.812)	(655)	(28.916)
Amortização de mais valia	(25)	-	(17.270)	-	(46)	(17.341)

15.1 Aquisições do ativo intangível

Em decorrência da aquisição de participação nas empresas Ventos de Santa Eugênia Energias Renováveis S.A. e Ventos de São Vitorino Energias Renováveis S.A., cujo tratamento contábil foi considerado como aquisição de ativo, foi registrado como intangível o valor justo pago na transação considerando os projetos eólicos vigentes em desenvolvimento pertencentes às investidas (vide nota explicativa nº 1). Abaixo estão representados os valores incorporados no intangível na data da transação:

	Valor justo	Patrimônio Líquido	Aquisição intangível
Ventos de Santa Eugênia Energias Renováveis S.A.	83.914	1.054	82.860
Ventos de São Vitorino Energias Renováveis S.A.	47.951	817	47.134
	<u>131.865</u>	<u>1.871</u>	<u>129.994</u>

15.2 Testes de impairment para ágio

No cenário do teste de *impairment* realizado, o Grupo considerou como unidades geradoras de caixa suas controladas e coligadas, tendo em vista que estas geram fluxos de caixa que podem ser identificados separadamente.

O ágio registrado contabilmente no montante de R\$46.595 (R\$46.314 em 2018) é alocado à Unidade Geradora de Caixa (UGC) Passos Maia Energética S.A. e Santa Fé Energia S.A, conforme quadro abaixo:

	2019	2018
Passos Maia S.A.	3.541	3.541
Santa Fé Energia S.A.	43.054	42.773
	<u>46.595</u>	<u>46.314</u>

O valor recuperável das UGC's foi determinado com base em cálculos do valor em uso. Esses cálculos usam projeções de fluxo de caixa, antes do imposto de renda e da contribuição social, baseadas em orçamentos financeiros aprovados pela administração até o período de vigência de cada concessão ou autorização. Os fluxos de caixa foram projetados com base numa taxa de crescimento estipulada conforme previsão dos contratos de compra de energia. A taxa de crescimento não excede a taxa de crescimento média de longo prazo do mercado.

Para a UGC Passos Maia, foram consideradas como premissas-chave aplicadas para cálculo do valor em uso a estimativa de geração para os períodos futuros, as previsões de custos operacionais, dispêndio anual para aquisição de imobilizado e a taxa de desconto. Segue resumo das premissas adotadas:

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Volume de geração anual (GW/h)	108	99
Custos operacionais - R\$	4.049	4.471
Dispêndio anual para aquisição de imobilizado - R\$	322	288

O volume de geração é a média anual da geração no período previsto dos próximos 5 anos. Ele se baseia no desempenho passado e nas expectativas da administração para o desenvolvimento do mercado.

Custos operacionais são os custos fixos e de manutenção das UGCs, que não variam de maneira significativa com os volumes de geração ou os preços. A administração estimou esses custos com base na estrutura atual dos negócios, ajustando-os aos aumentos inflacionários, e estes não refletem quaisquer reestruturações futuras ou medidas de economias de custo. Os valores divulgados acima são os custos operacionais médios para o período previsto de cinco anos.

O dispêndio anual para aquisição de imobilizado diz respeito à média de desembolsos de caixa esperados para manutenção da estrutura das usinas nos próximos 5 anos e se baseia na experiência histórica da administração. Nenhuma receita incremental ou economia de custo foi considerada no modelo de valor em uso como resultado desse dispêndio.

O ágio da PCH Passos Maia foi testado para os exercícios de 2019 e 2018, não havendo necessidade de contabilização de provisão para perda ao valor recuperável.

Para Santa Fé Energia S.A. foi considerado como teste de impairment a valorização realizada por consultores independentes para fins de alocação do preço de compra, qual demonstrou um valor superior aos valores justos dos ativos e passivos adquiridos e ágio demonstrados na nota 13.3 destas demonstrações financeiras.

16. PROPRIEDADES PARA INVESTIMENTOS

A Companhia possui terras adquiridas com o intuito de investimento, que podem futuramente fazer parte de projetos de usinas hidrelétricas (ou pequenas centrais hidrelétricas) quais são parte de desenvolvimentos de estudos e projetos básicos, ou ainda serem negociadas com outras partes.

As movimentações nesta rubrica podem ser verificadas conforme abaixo:

	<u>Controladora e Consolidado</u>
Saldo em 1º de janeiro de 2018	16.177
Custo da venda de propriedade para investimento	<u>(680)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2018	<u>15.497</u>
Custo da venda de propriedade para investimento	<u>(374)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2019	<u>15.123</u>

17. FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2019	31.12.2018	31.12.2019	31.12.2018
Fornecedores de materiais e serviços	9.124	4.931	10.715	7.224
Mercado de curto prazo a pagar	869	-	1.707	621
Mercado de curto prazo a pagar protegido por liminares	-	-	90.688	74.994
Saldo a liquidar referente contratos do PROINFA	-	-	872	47.833
	<u>9.993</u>	<u>4.931</u>	<u>103.982</u>	<u>130.672</u>

Conforme mencionado no contexto operacional (nota explicativa nº 1.1), as usinas hidrelétricas PCH Moinho e UHE Monel Monjolinho perderam a proteção pelas liminares do GSF, tendo os saldos devidos de fevereiro de 2018 em diante liquidados em 11 de dezembro de 2018.

18. FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

Os financiamentos mantidos pelo Grupo são em sua totalidade oriundos dos financiamentos de construção das suas SPE's ou parta aquisição de ativos, e têm sua composição assim demonstrada:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2019	31.12.2018	31.12.2019	31.12.2018
Financiamento de obras - BNDES (a)	-	-	115.128	130.814
Financiamento de obras - BNB (b)	-	-	204.282	218.103
Empréstimo - BNP (c)	-	29.800	-	29.800
Debêntures (d)	227.690	227.403	227.690	227.403
Total	<u>227.690</u>	<u>257.203</u>	<u>547.100</u>	<u>606.120</u>

Apresentados como:

Passivo circulante	6.027	29.800	35.382	59.213
Passivo não circulante	221.663	227.403	511.718	546.907

a. Financiamentos para construção de usinas hidroelétricas (BNDES)

Empresas	Vencimento	Encargos financeiros % a.a.	31.12.2019	31.12.2018
Monel Monjolinho Energética S.A.	Setembro de 2026	TJLP + 2,1	85.758	98.156
Moinho S.A.	Agosto de 2028	TJLP + 2,0	29.370	32.658
Total			<u>115.128</u>	<u>130.814</u>

(*) O financiamento da subsidiária Esmeralda S.A. foi quitado em sua totalidade na data de 10 de Agosto de 2018.

Os contratos de financiamentos para construção das usinas hidroelétricas possuem cláusulas que requerem que as empresas mantenham durante o período de amortização do contrato, entre outras obrigações: (i) seguro do projeto em termos satisfatórios para o BNDES ou o Agente Financeiro, consignando cláusula especial em seu favor estabelecendo que a apólice não poderá ser cancelada ou sofrer alterações sem sua prévia e expressa anuência, sendo o credor de eventual indenização devida; (ii) manter em situação regular suas obrigações junto aos órgãos do meio ambiente, adotando medidas e ações destinadas a evitar e corrigir danos ao meio ambiente decorrentes do projeto; e (iii) firmar os contratos de cessão e vinculação da receita, administração de contas e outras avenças, o qual regula a cessão e vinculação (penhor dos direitos creditórios decorrentes dos contratos de compra e venda de energia), assim como o funcionamento das contas "Reserva (Nota 9)" e "Movimento (centralizadora)". Adicionalmente, as referidas cláusulas estabelecem que as empresas: (i) não poderão distribuir dividendos ou pagar juros sobre o capital próprio cujo valor, isolada ou conjuntamente, exceda o valor do dividendo mínimo obrigatório, sem a prévia autorização do BNDES ou do Agente Financeiro; (ii) não poderão constituir, sem prévia autorização do BNDES ou do Agente Financeiro, qualquer gravame sobre os direitos creditórios dados em garantia; (iii) não poderão ceder nem vincular em favor de outro credor, sem prévia anuência do BNDES ou do Agente Financeiro, a receita cedida e vinculada; e (iv) não emitir debêntures ou partes beneficiárias, nem assumir novas dívidas, sem a prévia autorização do BNDES ou do Agente Financeiro. Em garantia dos contratos firmados foram oferecidas: (i) penhor das ações das sociedades detidas por todos os acionistas; (ii) penhor do direito de gerar energia elétrica, assim como de todos os demais direitos corpóreos ou incorpóreos, potenciais ou não, que possam ser objeto de penhor de acordo com as normas legais e regulamentares aplicáveis; (iii) penhor dos direitos creditórios decorrentes dos contratos de compra e venda de energia elétrica firmados com a Eletrobrás ou com terceiros; (iv) fiança prestada pela Statkraft Investimentos Ltda. e Statkraft Energias Renováveis S.A. (aplicável para a Esmeralda S.A.); (v) constituição da conta reserva (aplicação financeira restrita (Nota 9)); (vi) contratação de carta de fiança bancária, no montante de R\$126.000, com vigência até 2027 (aplicável a Monel Monjolinho Energética S.A.) a qual foi retirada ainda no primeiro semestre de 2012, uma vez que o seu ICD exigido foi atingido em 31 de dezembro de 2011;; e (vii) penhor dos contratos do projeto, especificamente EPC e O&M ou qualquer outro que outorgue direitos creditórios ao Projeto, que venha a ser firmado entre a Monel Monjolinho Energética S.A. e terceiros até a quitação integral das obrigações decorrentes do contrato de financiamento firmado. Em atendimento aos requerimentos do BNDES ou do Agente Financeiro foram firmados com o Unibanco S.A. (aplicável a Esmeralda S.A.), com o Banco do Brasil S.A. (aplicável a Monel Monjolinho Energética S.A. e Passos Maia Energética S.A.) e com o Banco Santander S.A. (aplicável a Moinho S.A.), os contratos de cessão e vinculação de receita, administração de contas e outras avenças, como mencionados anteriormente.

Até o presente momento todas as condições restritivas aos contratos de financiamentos (*covenants*) vêm sendo atendidas. Abaixo são demonstrados os *covenants* financeiros para cada subsidiária:

Descrição do índice:		Monel	Moinho
Patrimônio líquido / Ativo Total	Índice do contrato	25%	25%
	Índice atingido	32%	43%
Cobertura do Serviço da Dívida ("ICSD") (Consolidado)	Índice do contrato	1,3	1,2
	Índice atingido	2,6	1,5

b. Financiamentos para construção de usinas eólicas (BNB)

Empresas	Vencimento	Encargos	31.12.2019	31.12.2018
		financeiros % a.a. (*)		
Macaúbas Energética S.A.	Julho de 2028	9,5	74.548	79.762
Novo Horizonte Energética S.A.	Julho de 2028	9,5	65.313	69.518
Seabra Energética S.A.	Julho de 2028	9,5	64.421	68.823
Total			<u>204.282</u>	<u>218.103</u>

(*) O contrato prevê Bônus de Adimplência Sobre Encargos de 25% sobre os encargos incidentes, desde que as prestações de juros ou de principal e juros sejam pagos até as datas dos respectivos vencimentos estipulados no contrato de financiamento. Uma vez respeitadas as condicionantes de pagamento, os encargos financeiros passarão de 9,5% a.a. para 7,125% a.a., cuja diferença será contabilizada como desconto financeiro.

Os contratos de financiamentos para as usinas eólicas possuem cláusulas que requerem que as empresas mantenham durante o período de amortização do contrato, entre outras obrigações: (i) seguro do projeto em termos satisfatórios para o BNB ou o Agente Financeiro, consignando cláusula especial em seu favor estabelecendo que a apólice não poderá ser cancelada ou sofrer alterações sem sua prévia e expressa anuência, sendo o credor de eventual indenização devida; (ii) manter em situação regular suas obrigações junto aos órgãos do meio ambiente, adotando medidas e ações destinadas a evitar e corrigir danos ao meio ambiente decorrentes do projeto; e (iii) firmar os contratos de cessão e vinculação da receita, administração de contas e outras avenças, o qual regula a cessão e vinculação (penhor dos direitos creditórios decorrentes dos contratos de compra e venda de energia), assim como o funcionamento das contas "Reserva" e "Movimento (centralizadora)". Em garantia dos contratos firmados foram oferecidas: (i) penhor das ações das sociedades detidas por todos os acionistas; (ii) penhor do direito de gerar energia elétrica, assim como de todos os demais direitos corpóreos ou incorpóreos, potenciais ou não, que possam ser objeto de penhor de acordo com as normas legais e regulamentares aplicáveis; (iii) penhor dos direitos creditórios decorrentes dos contratos de compra e venda de energia elétrica firmados com a Eletrobrás ou com terceiros; (iv) constituição da conta reserva (aplicação financeira restrita (Nota 9)); (v) contratação de seguro garantia de conclusão de obra, na modalidade Completion Bond, com validade até seis meses após a entrada em operação comercial do empreendimento; (vi) contratação de fiança bancária, representando 50% do valor do saldo devedor do financiamento, com vigência mínima de dois anos, renovável sucessivamente e mantida por, pelo menos, 12 meses após o início do fluxo de recebíveis transitando pela conta centralizadora dos contratos de venda de energia. Em atendimento aos requerimentos do BNB foram firmados com o próprio BNB os contratos de cessão e vinculação de receita, administração de contas e outras avenças, como mencionados anteriormente.

Até o presente momento todas as condições restritivas aos contratos de financiamentos (*covenants*) com o BNB vêm sendo atendidas.

Na data deste relatório, o Grupo vem atendendo aos pré-requisitos dos contratos de financiamentos mencionados nos itens (a) e (b) acima, bem como acompanha periodicamente a evolução das cláusulas restritivas, os quais foram atendidos.

c. Empréstimo ponte - BNP

A Companhia fechou um empréstimo ponte no valor de R\$30.000, com taxa fixa de 6,273% ao ano, na data de 20 de dezembro de 2018 junto ao Banco BNP Paribas S.A. com a finalidade de financiar a compra de ações das empresas Tamar PCH e Santa Fé. O empréstimo foi quitado em setembro de 2019 conforme seu vencimento.

d. Debêntures

Em 20 de dezembro de 2018, a Companhia emitiu 230.000 debêntures não conversíveis em ações com garantia real a ser convolada em espécie quirografária, valor nominal unitário de R\$1 (mil reais), e prazo de vencimento de 5 anos. Conforme previsto na escritura de emissão, as principais características podem ser assim apresentadas:

(i) Garantias

Cessão Fiduciária Conta Vinculada Liquidação

Deverão ser mantidos em conta vinculada o montante de R\$150.000 que serão utilizados exclusivamente para a realização do resgate antecipado total da 1ª emissão de debêntures da controlada Tamar PCH, emitidas em 26 de dezembro de 2017.

Cessão Fiduciária Direitos Creditórios

Direitos creditórios decorrentes de contratos de venda de energia da Tamar PCH, suficientes para cobrir o mínimo de 100% do Valor Nominal Unitário, acrescido da remuneração calculada pro rata temporis das debêntures desde a primeira data de integralização ou a data de pagamento da remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a conclusão do processo de incorporação da Tamar PCH pela Companhia, sendo tais contratos e as demais características relevantes identificados e descritos no contrato de cessão fiduciária de direitos creditórios.

Em 28 de dezembro de 2018, o resgate antecipado de 150.000 foi realizado cumprindo o primeiro critério das garantias previstas.

(ii) Juros remuneratórios

Sobre o valor nominal unitário ou o saldo do valor nominal unitário incidirão juros remuneratórios correspondentes a 100% da variação acumulada da taxa DI, acrescida de sobretaxa de 0,95% ao ano calculados de forma exponencial e cumulativa pro rata temporis, por dias úteis decorridos, desde a primeira taxa de integralização ou a data de pagamento da remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento.

(iii) Cláusulas de Eventos de Inadimplemento

A escritura de debêntures possui cláusula que requer que, durante o período de amortização do contrato, a Companhia acompanhe em bases semestrais o índice financeiro calculado através da dívida líquida sobre EBITDA igual ou menor do que 3,5. A Companhia cumpriu adequadamente tal requisito tendo apurado em 30 de junho de 2019 e em 31 de dezembro de 2019 o referido índice em 1,0 e 1,2 respectivamente.

A movimentação dos financiamentos do Grupo pode ser assim demonstrada:

	<u>Consolidado</u>
Em 1º de janeiro de 2018	383.701
Emissão de debêntures	230.000
Contratação de empréstimo ponte	30.000
Aquisição de controlada no exercício	155.813
Pagamento de principal	(185.600)
Pagamento de encargos	(35.978)
Custos e encargos apropriados no resultado	28.184
Em 31 de dezembro de 2018	<u>606.120</u>

	<u>Consolidado</u>
Pagamento de principal	(59.841)
Pagamento de encargos	(41.847)
Custos e encargos apropriados no resultado	42.668
Em 31 de dezembro de 2019	<u>547.100</u>
	<u>Controladora</u>
Em 1º de janeiro de 2018	-
Emissão de debêntures	230.000
Contratação de empréstimo ponte	30.000
Pagamento de encargos	(3.247)
Custos e encargos financeiros apropriados ao resultado	450
Em 31 de dezembro de 2018	<u>257.203</u>
Pagamento de principal	(30.000)
Pagamento de encargos	(17.573)
Custos e encargos financeiros apropriados ao resultado	18.060
Em 31 de dezembro de 2019	<u>227.690</u>

Abaixo é demonstrado o fluxo de vencimento das parcelas apresentadas no longo prazo:

<u>Em 31 de dezembro de 2019</u>	<u>2021</u>	<u>2022</u>	<u>2023</u>	<u>2024</u>	<u>Após 2024</u>	<u>Total</u>
Monel Monjolinho Energética S.A.	12.666	12.666	12.666	12.666	22.321	72.984
Moinho S.A.	3.379	3.379	3.379	3.379	12.430	25.944
Macaúbas Energética S.A.	6.473	7.173	7.921	8.723	39.674	69.963
Novo Horizonte Energética S.A.	5.996	6.777	6.528	7.092	34.208	60.601
Seabra Energética S.A.	5.493	6.101	6.752	7.449	34.768	60.563
Statkraft Energias Renováveis S.A.	<u>73.887</u>	<u>73.887</u>	<u>73.888</u>	-	-	<u>221.663</u>
	<u>34.005</u>	<u>36.095</u>	<u>37.246</u>	<u>39.308</u>	<u>143.401</u>	<u>511.718</u>
<u>Em 31 de dezembro de 2018</u>	<u>2020</u>	<u>2021</u>	<u>2022</u>	<u>2023</u>	<u>Após 2023</u>	<u>Total</u>
Monel Monjolinho Energética S.A.	12.665	12.665	12.665	12.665	34.689	85.349
Moinho S.A.	3.378	3.378	3.378	3.378	15.710	29.222
Macaúbas Energética S.A.	8.323	8.323	8.323	8.323	41.879	75.171
Novo Horizonte Energética S.A.	7.254	7.254	7.254	7.254	35.785	64.801
Seabra Energética S.A.	7.182	7.182	7.182	7.182	36.233	64.961
Statkraft Energias Renováveis S.A.	-	<u>75.770</u>	<u>75.770</u>	<u>75.863</u>	-	<u>227.403</u>
	<u>38.802</u>	<u>114.572</u>	<u>114.572</u>	<u>114.665</u>	<u>164.296</u>	<u>546.907</u>

19. CONCESSÕES A PAGAR

Refere-se integralmente à obrigação a pagar decorrente do contrato de concessão firmado com a ANEEL para exploração do potencial hidrelétrico da UHE Monel, ajustado a valor presente, considerando a taxa de juros de 9,50% ao ano. A correspondente obrigação é paga em parcelas mensais, atualizadas anualmente com base na variação do IGPM, calculado pela Fundação Getúlio Vargas. A primeira parcela teve seu vencimento em setembro de 2009, data de início da operação comercial da usina, e a última terá seu vencimento em abril de 2037.

O saldo proveniente da aquisição de controladas compreende a outorga concedida às PCHs Alegre, Fruteiras, Jucu e Rio Bonito, pelo prazo de cinco anos contados a partir de 17 de julho de 2014, valores anuais, em parcelas mensais, correspondente a 1/12 (um doze avos) do valor de R\$647. Em relação ao potencial hidrelétrico da UHE Suíça, a Companhia

recolhe à União, pelo prazo de cinco anos contados a partir de 09 de julho de 2014, valores anuais, em parcelas mensais, correspondente a 1/12 (um doze avos) do valor de R\$675. Ambos são corrigidos anualmente pela variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA.

	<u>Consolidado</u>
Em 1º de janeiro de 2018	<u>72.808</u>
Pagamentos realizados	(8.035)
Encargos financeiros apropriados ao resultado	13.508
Aquisição de controlada no exercício	<u>1.033</u>
Em 31 de dezembro de 2018	79.314
Pagamentos realizados	(9.755)
Encargos financeiros apropriados ao resultado	<u>10.726</u>
Em 31 de dezembro de 2019	<u>80.285</u>
Apresentados como:	
Passivo circulante	9.897
Passivo não circulante	70.388

20. TRIBUTOS A RECOLHER

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31.12.2019</u>	<u>31.12.2018</u>	<u>31.12.2019</u>	<u>31.12.2018</u>
PIS a recolher	149	330	869	1.371
COFINS a recolher	692	1.529	4.009	6.349
ISS a recolher	-	495	-	495
Tributos retidos a recolher	250	37	499	626
Tributos sobre importação	122	38	122	38
Outros tributos a recolher	36	11	200	168
Total	<u>1.249</u>	<u>2.440</u>	<u>5.699</u>	<u>9.047</u>
Apresentados como:				
Passivo circulante	1.249	2.440	4.674	7.840
Passivo não circulante	-	-	1.025	1.207

21. OUTROS PASSIVOS

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31.12.2019</u>	<u>31.12.2018</u>	<u>31.12.2019</u>	<u>31.12.2018</u>
Provisão para compensação ambiental	-	-	1.149	3.117
P&D (ANEEL) a pagar	1.179	-	3.212	2.481
Arrendamento de terras	-	-	-	8.182
Outras contas a pagar	1.804	145	5.078	7.681
Total	<u>2.983</u>	<u>145</u>	<u>9.439</u>	<u>21.461</u>
Apresentados como:				
Passivo circulante	2.360	145	6.744	11.819
Passivo não circulante	623	-	2.695	9.642

22. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2019 o capital social da Companhia subscrito e integralizado está representado por 218.370.694 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal (218.370.694 em 31 de dezembro de 2018) e distribuído conforme quadro de acionistas a seguir:

Acionistas	Quantidade de ações ordinárias	% do Capital Social
Statkraft Investimentos Ltda.	177.552.601	81,31
FUNCEF - Fundação dos Economistas Federais	40.818.093	18,69
	218.370.694	100,00

Em 14 de dezembro de 2018 foi deliberada a subscrição de 75.023.470 ações ordinárias nominativas compondo um aumento de capital de R\$420.545, integralizada em 20 de dezembro de 2018 por meio de caixa, sendo R\$341.936 pela Statkraft Investimentos Ltda. e R\$78.709 pela FUNCEF. A integralização dos acionistas ocorreu na proporção da participação no capital social na data da integralização. O capital autorizado em 31.12.2018 é de R\$1.133.384.

b) Dividendos

O lucro líquido de cada exercício social, após as compensações e deduções previstas em lei e consoante previsão estatutária, terá a seguinte destinação:

- 5% para a reserva legal, até atingir 20% do capital social integralizado.
- 5% do saldo, após a apropriação da reserva legal, serão destinados para pagamento de dividendo mínimo obrigatório a todos os acionistas.

O cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios pode ser assim demonstrado:

	31.12.2019	31.12.2018
Lucro líquido do exercício	45.236	74.632
Constituição da reserva legal	(2.261)	(3.732)
Base de cálculo	42.975	70.900
Dividendo mínimo - %	5	25
Dividendos mínimos obrigatórios destinados	2.149	17.725
Dividendos propostos por ação - em R\$	9,84	120,708

A movimentação do saldo de dividendos no passivo e patrimônio líquido da conta de Dividendos a pagar pode ser assim demonstrada:

	<u>Controladora e consolidado</u>
	<u>31.12.2019</u>
Em 1º de janeiro de 2018	1.996
Dividendos adicionais distribuídos	21.316
Pagamento de dividendos	(23.312)
Dividendos mínimos obrigatórios distribuídos	17.725
Em 31 de dezembro de 2018	<u>17.725</u>
Pagamento de dividendos	(17.725)
Dividendos mínimos obrigatórios distribuídos	2.149
Em 31 de dezembro de 2019	<u>2.149</u>

c) Reservas de lucros

Abaixo é demonstrado o detalhamento do saldo da reserva de lucros em 31 de dezembro de 2019:

	<u>Controladora e Consolidado</u>
Reserva legal (i)	6.413
Reserva de retenção de lucros (ii)	86.351
Total	<u>92.764</u>

(i) Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

(ii) Reserva de retenção de lucros

Constitui a reserva de lucros com o saldo de lucros remanescentes não distribuídos no exercício para suportar investimentos futuros.

d) Ajuste de avaliação patrimonial

O saldo apresentado na rubrica "Ajuste de avaliação patrimonial" refere-se aos ganhos ou perdas não realizados dos instrumentos financeiros patrimoniais mantidos ao valor justo, e mensurados por meio de outros resultados abrangentes, e representam a diferença entre o custo de aquisição e o valor justo mensurado para a data de cada demonstração financeira, líquido de imposto de renda e contribuição social diferidos.

23. RECEITA LÍQUIDA

Abaixo a apresentação das receitas de acordo com CPC 47 - "Receita de Contrato" com cliente, desagregadas de acordo com o tipo de contrato.

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2019	31.12.2018	31.12.2019	31.12.2018
Prestação de serviços	8.646	10.207	936	1.167
Tributos sobre a prestação de serviços	(1.016)	(1.199)	(110)	(137)
	7.630	9.008	826	1.030
Contrato de Energia de Reserva (CER)	-	-	98.446	101.371
Contrato de Compra de Energia Regulada (CCEAR)	791	-	136.835	97.650
Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (PROINFA)	-	-	97.133	113.186
Contrato Bilateral Regulado (CBR)	26.925	-	82.783	-
Contrato Ambiente de Contratação Livre (ACL)	11.855	-	52.071	19.809
Tributos sobre a venda de energia elétrica	(4.099)	-	(30.024)	(18.500)
	35.472	-	437.244	313.516
Receita líquida	43.102	9.008	438.070	314.546

Outras informações contratuais são apresentadas no contexto operacional deste relatório.

24. CUSTOS E DESPESAS

a) Custos do fornecimento de energia e serviços prestados

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2019	31.12.2018	31.12.2019	31.12.2018
Compra de energia elétrica no mercado de curto prazo	(6.224)	-	(66.344)	(48.977)
Depreciação e amortização	(31.652)	-	(114.364)	(64.243)
Salários e encargos sociais	(4.113)	(3.765)	(4.867)	(3.801)
Encargos setoriais	-	-	(13.702)	(9.465)
Seguros fianças e comissões	(1.212)	-	(9.629)	(6.410)
Serviços de terceiros	(220)	-	(8.523)	(7.698)
Outros	(2)	-	(1.413)	(1.061)
	(43.423)	(3.765)	(218.842)	(141.655)

b) Gerais e administrativas

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2019	31.12.2018	31.12.2019	31.12.2018
Serviços de terceiros	(10.055)	(5.982)	(21.327)	(12.865)
Serviços de partes relacionadas	-	(161)	-	(141)
Salários e encargos sociais	(13.742)	(8.157)	(24.468)	(15.201)
Remuneração dos administradores	(7.770)	(5.437)	(7.770)	(6.524)
Encargos setoriais	(1.472)	(26)	(7.819)	(4.901)
Viagens e estadias	(2.950)	(2.399)	(3.474)	(2.992)
Aluguel	(1.132)	(503)	(1.333)	(1.500)
Impostos e taxas	(1.660)	(456)	(2.036)	(1.550)
Participação nos Resultados	(2.357)	(285)	(1.958)	(551)
Propaganda e publicidade	(571)	(174)	(1.056)	(489)
Seguros fianças e comissões	-	(37)	-	(37)
Depreciação e amortização	(2.057)	(517)	(2.057)	(517)
Estudos em desenvolvimento	(14.413)	(10.196)	(15.140)	(10.196)
Materiais	(678)	-	(1.233)	(1.236)
Outros	(2.296)	(1.136)	(5.114)	(4.007)
	(61.153)	(35.466)	(94.785)	(62.707)

c) Outras (Despesas) Receitas

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2019	31.12.2018	31.12.2019	31.12.2018
Provisão para perda ao valor recuperável de ativos	-	-	-	-
Lucros cessantes e danos materiais	-	-	2.611	2.620
Perdas com baixa no imobilizado	(188)	-	(2.368)	-
Provisões para riscos cíveis, trabalhistas e tributários	(21.966)	(567)	(22.695)	(1.887)
Provisões pré-operacionais	-	-	-	1.409
Outras receitas e despesas operacionais	10	3	82	(171)
	<u>(22.144)</u>	<u>(564)</u>	<u>(22.370)</u>	<u>1.971</u>

25. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2019	31.12.2018	31.12.2019	31.12.2018
Despesas financeiras				
Com financiamentos	(18.060)	(449)	(42.668)	(28.178)
Comissão de fiança e garantias	(10)	(59)	(14)	(103)
IOF, multas e juros sobre tributos	(828)	(1.588)	(875)	(1.622)
Varição cambial passiva	(11)	(9)	(116)	(233)
Despesas financeiras sobre concessões a pagar	-	-	(10.726)	(13.601)
Juros sobre contrato de mutuo	(1.577)	(1.658)	(1.577)	(1.658)
Juros sobre arrendamento mercantil	(808)	-	(1.196)	-
Provisão para perda ao valor recuperável de ativos financeiros	(692)	(1.017)	(692)	(1.017)
Outras despesas financeiras	<u>(3.897)</u>	<u>(73)</u>	<u>(4.741)</u>	<u>(863)</u>
	<u>(25.883)</u>	<u>(4.853)</u>	<u>(62.605)</u>	<u>(47.275)</u>
Receitas financeiras				
Rendimentos de aplicações financeiras	7.010	6.825	23.205	18.137
Varição cambial ativa	-	231	-	571
Juros sobre contrato de mutuo	11	671	11	272
Outras receitas financeiras	<u>51</u>	<u>1.682</u>	<u>(170)</u>	<u>2.089</u>
	<u>7.072</u>	<u>9.409</u>	<u>23.046</u>	<u>21.069</u>
	<u>(18.811)</u>	<u>4.556</u>	<u>(39.559)</u>	<u>(26.206)</u>

26. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Para o exercício

Para fins de apuração de impostos, a controladora SKER, assim como suas controladas Monel Monjolinho Energética S.A. e Tamar Pequenas Centrais Hidroelétricas S.A. até a data de sua incorporação, optaram pela apuração do resultado tributável observando o regime do lucro real. As demais empresas controladas optaram pelo regime de lucro presumido para apuração do IRPJ e da CSLL incidentes sobre o resultado tributável.

A reconciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social pode ser demonstrada conforme quadro abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2019	31.12.2018	31.12.2019	31.12.2018
Lucro (prejuízo) antes dos tributos	39.152	79.440	73.119	96.563
Resultado de operações descontinuadas	(276)	909	(276)	-
Adições ao lucro líquido para apuração do Lucro Real	1.788	-	18.821	918
Exclusões do lucro líquido para apuração do Lucro Real	-	-	(13.987)	-
Receita de dividendos não tributáveis	(4.314)	(4.932)	(4.314)	(4.932)
Equivalência patrimonial	<u>(137.267)</u>	<u>(100.739)</u>	<u>(6.291)</u>	<u>(5.682)</u>
	<u>(100.917)</u>	<u>(25.322)</u>	<u>67.072</u>	<u>86.867</u>
Alíquota nominal combinada do IR e CSLL %	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	34.312	8.610	(22.804)	(29.535)
Resultado da diferença da tributação pelo lucro presumido para controladas	-	-	28.731	25.333
Exclusão dos tributos diferidos sem perspectiva de realização	(21.245)	(15.555)	(21.245)	(15.555)
Tributos diferidos sobre diferenças temporárias não reconhecidos	(11.387)	1.913	(16.987)	(2.422)
Reconhecimento de tributos diferidos sobre prejuízo fiscal de períodos anteriores	4.128	-	4.128	-
Outros	-	24	18	48
Encargo no resultado do exercício	<u>5.808</u>	<u>(5.008)</u>	<u>(28.159)</u>	<u>(22.131)</u>

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2019	31.12.2018	31.12.2019	31.12.2018
Imposto de renda e contribuição social				
Corrente	(772)	-	(34.739)	(17.123)
Diferido	<u>6.580</u>	<u>(5.008)</u>	<u>6.580</u>	<u>(5.008)</u>
	<u>5.808</u>	<u>(5.008)</u>	<u>(28.159)</u>	<u>(22.131)</u>

b) Saldos patrimoniais de imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as diferenças temporárias para fins fiscais, prejuízos fiscais, dos ajustes de custo atribuído e de variação do valor justo financeiros, e podem ser demonstrados da seguinte forma:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2019	31.12.2018	31.12.2019	31.12.2018
Diferenças temporárias advindas de combinação de negócios	(40.601)	(42.773)	(40.601)	(42.773)
Diferenças temporárias sobre ajuste ao valor justo de investimentos	(18.330)	(14.202)	(18.330)	(14.202)
Diferenças temporárias sobre depreciação, amortização e provisões	950	-	13.726	13.726
Prejuízos fiscais recuperáveis	<u>18.330</u>	<u>14.202</u>	<u>18.330</u>	<u>14.202</u>
Saldos tributos diferidos ativo (passivo)	<u>(39.651)</u>	<u>(42.773)</u>	<u>(26.875)</u>	<u>(29.047)</u>

A Companhia realizou estudo de recuperabilidade de impostos diferidos sobre prejuízos fiscais em 2019, constituindo ativos diferidos no montante de R\$18.330, com base na expectativa de lucros tributáveis futuros. A expectativa de realização dos impostos diferidos ativos da controladora compreende o período de 2020 a 2026.

Além dos tributos apresentados para controladora, o grupo constituiu impostos diferidos sobre diferenças temporárias referentes a diferenças de taxas de depreciação, amortização e provisões. A expectativa de realização do total de impostos diferidos se estende até o prazo de concessão de cada concessão ou autorização das companhias cujas diferenças temporárias são registradas.

27. ARRENDAMENTOS MERCANTIS

A Companhia e suas controladas possuem contratos de locação de salas comerciais, veículos e terras. Esses contratos são classificados como arrendamento mercantil operacional e seus valores mínimos são reajustados anualmente, conforme índices de inflação previstos em contrato.

Em 1º de janeiro de 2019, conforme levantamento e análise dos contratos considerados no escopo da norma, a Companhia considerou o valor do aluguel mínimo fixo para fins de avaliação do passivo de arrendamento. A mensuração dos passivos de arrendamento compreende o fluxo futuro dos pagamentos mínimos de aluguel trazidos a valor presente pela taxa real de desconto. Tal taxa de desconto corresponde à taxa incremental sobre os empréstimos de cada empresa do Grupo com base no prazo médio de cada contrato de arrendamento.

Em 31 de Dezembro de 2019, os passivos de arrendamentos estão representados na rubrica de "Arrendamentos" do balanço patrimonial e são devidos como segue:

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Menos de 1 ano	1.848	2.819
Mais de 1 ano e menos de 5 anos	8.761	10.861
Mais de 5 anos	4.557	8.031
Total dos pagamentos mínimos	<u>15.166</u>	<u>21.711</u>
Encargos financeiros futuros	<u>(4.085)</u>	<u>(7.179)</u>
Valor presente dos pagamentos mínimos	<u>11.081</u>	<u>14.532</u>
Apresentados como:		
Circulante	1.848	2.819
Não circulante	9.233	11.713

A mensuração inicial do ativo de direito de uso, corresponde ao mesmo valor do passivo de arrendamento e é reconhecido ao valor presente. Os saldos estão representados na rubrica de imobilizado do balanço patrimonial e em nota explicativa nº 14 e podem ser apresentados conforme classes abaixo:

	<u>Controladora</u>			<u>Consolidado</u>			
	<u>Terras</u>	<u>Salas Comerciais</u>	<u>Total</u>	<u>Terras</u>	<u>Salas Comerciais</u>	<u>Veículos</u>	<u>Total</u>
Saldo em 1º de janeiro de 2019	<u>40</u>	<u>1.106</u>	<u>1.146</u>	<u>2.747</u>	<u>1.106</u>	<u>1.092</u>	<u>4.945</u>
Adições	-	10.179	10.179	-	10.179	-	10.179
Amortização	(2)	(1.459)	(1.461)	(174)	(1.459)	(370)	(2.003)
Remensuração de ativos	-	(389)	(389)	14	(389)	13	(362)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	<u>38</u>	<u>9.437</u>	<u>9.475</u>	<u>2.586</u>	<u>9.437</u>	<u>735</u>	<u>12.758</u>

28. SEGUROS

a) Seguros de responsabilidade dos administradores (D&O)

A Companhia é segurada na responsabilidade de seus administradores em apólice com vigência até 31 de dezembro de 2019.

b) Seguros de riscos operacionais

A Companhia também possui seguro contratado para os riscos operacionais de suas usinas, visando a cobertura para eventuais danos materiais e lucros cessantes, conforme valores de indenização apresentados abaixo:

Lucros cessantes	478.788
Danos Materiais	<u>2.462.941</u>
	<u><u>2.941.729</u></u>

c) Seguro de responsabilidade civil

Adicionalmente, a companhia possui seguro de responsabilidade civil tendo suas usinas como cosseguradas. A cobertura do seguro compreende o reembolso dos dispêndios incorridos na reparação de danos materiais causados a terceiros, ações emergenciais empreendidas com o objetivo de minorar ou evitar tais danos, assim como os prejuízos financeiros causados, inclusive lucros cessantes. Os danos materiais são indenizáveis no limite de R\$18.608. Neste montante é incluída a garantia para indenizações sobre prejuízos financeiros e lucros cessantes limitada ao valor de R\$3.722.

29. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia e suas controladas não possuem quaisquer outras operações com instrumentos financeiros que não estejam refletidos nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2019.

A Companhia e suas controladas operam com diversos instrumentos financeiros, com destaque para caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, aplicações financeiras, contas a pagar a fornecedores, financiamentos, debêntures, concessões a pagar e mútuos com partes relacionadas.

29.1 Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõe a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de taxa de juros de valor justo, risco de taxa de juros de fluxo de caixa e risco de preço), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia.

A gestão de risco é realizada pela tesouraria do Grupo Statkraft, segundo ainda as políticas aprovadas pelo Conselho de Administração. A tesouraria da Companhia identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros em cooperação com as unidades operacionais da mesma. O Conselho de Administração estabelece princípios para a gestão de risco global bem como para áreas específicas como risco de taxa de juros, risco de crédito, uso de instrumentos financeiros derivativos e não derivativos, e investimento de excedentes de caixa.

a) Risco de mercado

Considerando que o Grupo não tem ativos significativos em que incidam juros, o resultado e os fluxos de caixa operacionais da Companhia não são, substancialmente, afetados pelas mudanças nas taxas de juros do mercado.

O risco associado é oriundo apenas da possibilidade de o Grupo incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de juros que venham aumentar as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado.

b) Risco de liquidez

O risco de liquidez e o risco de o Grupo não vir a dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Para administrar a liquidez do caixa são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas periodicamente pela área de Tesouraria.

c) Risco de crédito

O risco de crédito da Companhia está atualmente concentrado nos contratos de venda de energia no mercado regulado (ACR), cabendo uma pequena parcela da energia vendida no mercado livre (ACL). Os contratos regulados são padronizados, incluindo os mecanismos de garantia neles previsto. Por outro lado, as contrapartes no mercado livre passam por criteriosa avaliação de crédito feita pela Companhia onde é definida a classificação de risco, garantias requeridas e limites para operação. Atualmente a Companhia possui em sua carteira no mercado livre somente contrapartes com excelente avaliação de crédito.

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros (não derivativos) do Grupo, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados.

	Controladora		Consolidado		
	Menos de um ano	Menos de um ano	Entre um e três anos	Entre três e cinco anos	Mais de cinco anos
Em 31 de dezembro de 2019					
Fornecedores nacionais	9.993	103.982	-	-	-
Financiamentos e debêntures	6.027	35.382	225.380	151.491	134.847
Partes relacionadas	54.378	54.376	-	-	-
Concessões a pagar	-	9.897	18.777	21.575	30.036
Dividendos a pagar	15.825	15.825	-	-	-
Provisão para remoção de imobilizado	-	-	-	-	10.455
Em 31 de dezembro de 2018					
Fornecedores nacionais	4.931	130.672	-	-	-
Financiamentos	29.800	68.802	154.241	230.969	154.906
Partes relacionadas	52.893	52.909	-	-	-
Concessões a pagar	-	9.388	17.787	20.350	30.755
Dividendos a pagar	17.725	17.725	-	-	-
Provisão para remoção de imobilizado	-	-	-	-	10.143

A Companhia entende não haver riscos significativos de liquidez.

d) Risco de vencimento antecipado do financiamento

Risco proveniente do descumprimento de cláusulas contratuais restritiva, presentes nos contratos de financiamento firmados com o BNDES e BNB (nota explicativa nº 18), as quais, em geral, requerem a manutenção de índices econômico-financeiros em determinados níveis. A administração monitora regularmente estes índices financeiros, com o objetivo de tomar as ações necessárias para garantir que os contratos de financiamentos não tenham seu vencimento antecipado.

e) Análise de sensibilidade adicional requerida pela CVM

Nos termos determinados pela CVM, por meio da Instrução nº 475/08, demonstramos, a seguir, quadro ilustrativo da análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, que descreve os efeitos sobre as variações monetárias, bem como sobre as despesas financeiras apuradas sobre o cenário projetado para 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018, caso tais variações nos componentes dos riscos identificados ocorressem.

Simplificações financeiras foram efetuadas no isolamento da variabilidade do fator de risco em análise. Como consequência, as estimativas apresentadas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser apurados nas próximas informações financeiras intermediárias. O uso de diferentes hipóteses e/ou metodologias pode gerar um efeito material sobre as estimativas apresentadas a seguir.

(iii) Metodologia utilizada

A partir dos saldos dos valores expostos, conforme demonstrado nas tabelas a seguir e assumindo que os mesmos se mantenham constantes, apurou-se o diferencial de juros para cada um dos cenários projetados.

Na avaliação dos valores expostos ao risco de taxa de juros, consideramos apenas os riscos para as informações financeiras, ou seja, foram isolados e excluídos os fatores de juros prefixados por não apresentarem riscos às informações financeiras intermediárias por conta de variações nos cenários econômicos.

O cenário provável está baseado nas expectativas da Companhia, que por sua vez estão em linha com as projeções demonstradas no relatório Banco BTG Pactual S.A., na data de 31 de dezembro de 2019, para cada uma das variáveis indicadas. As taxas de juros estão em linha com as projeções demonstradas no relatório Focus do Banco Central do Brasil - BACEN, na data de 31 de dezembro de 2019. Adicionalmente, as variações positivas e negativas de 25% e 50% foram aplicadas sobre as taxas projetadas para 31 de dezembro de 2019.

(iv) Fator de risco para mudança na taxa de juros (consolidado)

	Fator de risco	Valores expostos em 2019	Variações adicionais no saldo contábil (*)					
			Valores expostos em 2018	-50%	-25%	Cenário provável	25%	50%
Aplicações financeiras	CDI	211.913	197.745	4.863	7.295	9.727	12.159	14.590
Aplicações financeiras restritas	CDI	43.818	43.021	1.006	1.508	2.011	2.514	3.017
Empréstimos, financiamentos e debêntures	CDI	(230.288)	(227.403)	(5.285)	(7.928)	(10.570)	(13.213)	(15.855)
Empréstimos e financiamentos	TJLP	(115.128)	(130.814)	(3.570)	(5.356)	(7.141)	(8.926)	(10.711)
Impacto líquido	CDI	<u>(89.685)</u>	<u>(117.451)</u>	<u>(2.188)</u>	<u>(3.282)</u>	<u>(4.377)</u>	<u>(5.471)</u>	<u>(6.565)</u>
Taxas consideradas - % ao ano	CDI	4,59%	6,40%	2,30%	3,44%	4,59%	5,74%	6,89%
Taxas consideradas - % ao ano	TJLP	6,20%	6,98%	3,10%	4,65%	6,20%	7,75%	9,30%

f) Estimativa do valor justo

Considera-se que os saldos das contas a receber de clientes, contas a pagar aos fornecedores, financiamentos e debêntures, concessões a pagar, demonstrados a valor contábil, menos a perda ("impairment"), quando aplicável, venham a estar próximos de seus valores justos.

A tabela abaixo classifica os instrumentos financeiros contabilizados ao valor justo de acordo com o método de avaliação. Os diferentes níveis foram definidos como segue:

- (i) Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos (nível 1).
- (ii) Informações, além dos preços cotados, incluídas no nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços) (nível 2).
- (iii) Informações para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, inserções não observáveis) (nível 3).

Em 31 de dezembro de 2019

	Consolidado		
	Nível 2	Nível 3	Saldo total
Ativo			
Aplicação financeira restrita	43.818	-	43.818
Investimentos ao valor justo	-	60.827	60.827
Total do ativo	<u>43.818</u>	<u>60.827</u>	<u>104.645</u>

Em 31 de dezembro de 2018

	Consolidado		
	Nível 2	Nível 3	Saldo total
Ativo			
Aplicação financeira restrita	43.021	-	43.021
Investimentos ao valor justo	-	48.686	48.686
Total do ativo	<u>43.021</u>	<u>48.686</u>	<u>91.707</u>

(*) A Companhia possui investimentos nas empresas Ceran - Companhia Energética Rio das Antas S.A. na ordem de 5% e Dfesa - Dona Francisca Energética S.A. na ordem de 2,12%, nas quais não tem influência significativa e são registrados a valor justo nos respectivos montantes de R\$53.289 e R\$7.538 (R\$40.824 e R\$7.861 em 31 de dezembro de 2018).

A Companhia preparou os fluxos de caixa futuros para a avaliação do valor de seu investimento considerando como fim a data de finalização do contrato de concessão. Existe a possibilidade de prorrogação do prazo de concessão desta Companhia investida por mais 20 anos após o encerramento do primeiro período de concessão, entretanto é necessário à autorização de terceiros para a renovação da concessão. Assim a possível prorrogação pode acarretar em valores diferentes dos atuais registrados.

g) Instrumentos financeiros por categoria (consolidado)

	Consolidado			Total
	Ao valor justo por meio do resultado	Ao custo amortizado	Ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	
31 de dezembro de 2019				
Ativos, conforme o balanço patrimonial				
Caixa e equivalentes de caixa	219.702	-	-	219.702
Contas a receber de clientes	-	90.487	-	90.487
Repactuação do risco hidrológico	-	6.934	-	6.934
Aplicação financeira restrita	43.818	-	-	43.818
Investimentos ao valor justo	-	-	60.827	60.827
Propriedades para investimento	15.497	-	-	15.497
	<u>279.017</u>	<u>97.421</u>	<u>60.827</u>	<u>437.265</u>
	Consolidado			Total
	Ao valor justo por meio do resultado	Ao custo amortizado	Ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	
31 de dezembro de 2018				
Ativos, conforme o balanço patrimonial				
Caixa e equivalentes de caixa	261.171	-	-	261.171
Contas a receber	-	161.789	-	161.789
Partes relacionadas	2.352	-	-	2.352
Repactuação do risco hidrológico	-	8.351	-	8.351
Aplicação financeira restrita	43.021	-	-	43.021
Investimentos ao valor justo	-	-	48.686	48.686
Propriedades para investimento	15.497	-	-	15.497
	<u>322.041</u>	<u>170.140</u>	<u>48.686</u>	<u>540.867</u>
	Consolidado			Total
	Ao valor justo por meio do resultado	Ao custo amortizado		
31 de dezembro de 2019				
Passivo, conforme o balanço patrimonial				
Fornecedores	-	103.982	103.982	
Financiamentos e debêntures	-	547.100	547.100	
Partes relacionadas	-	54.376	54.376	
Concessão a pagar	-	80.285	80.285	
Provisão para remoção de imobilizado	10.455	-	10.455	
	<u>10.455</u>	<u>785.743</u>	<u>796.198</u>	

	Consolidado		
	Ao valor justo por meio do resultado	Ao custo amortizado	Total
31 de dezembro de 2018			
Passivo, conforme o balanço patrimonial			
Fornecedores	-	130.672	130.672
Financiamentos	-	606.120	606.120
Partes relacionadas	-	52.909	52.909
Concessão a pagar	-	79.314	79.314
Provisão para remoção de imobilizado	10.143	-	10.143
	<u>10.143</u>	<u>869.015</u>	<u>879.158</u>

30. OUTROS RISCOS OPERACIONAIS

a) Risco hidrológico

Risco decorrente de possível período de escassez de chuvas. De acordo com a regulamentação brasileira, a receita proveniente da venda de energia elétrica pelas geradoras não depende diretamente da energia efetivamente gerada, e sim da quantidade de energia elétrica e potência efetivamente comercializada por elas, limitada à energia assegurada, cuja quantidade é fixa e determinada pelo poder concedente, constando da respectiva autorização e suas alterações subsequentes emitidas pelo mesmo.

As diferenças entre a energia gerada e a energia assegurada são cobertas pelo Mecanismo de Realocação de Energia - MRE, cujo principal propósito é mitigar os riscos hidrológicos assegurando que todas as usinas participantes recebam pela quantidade comercializada da energia assegurada, independentemente da quantidade de energia elétrica por elas efetivamente gerada.

Tendo em vista que o MRE está suscetível a déficit de energia (geração do MRE inferior a garantia física do MRE) foi criado o Fator de Ajuste da Garantia Física, ou "Generation Scaling Factor - GSF", o qual reduz a garantia física de todas as usinas pertencentes ao MRE. Deste modo, as usinas precisam comprar energia no curto prazo, valorada ao PLD, para honrar seus contratos de fornecimento de energia.

Com o intuito de mitigar/extinguir esta exposição a Lei nº 13.203/15 sancionou a repactuação do risco hidrológico a qual as usinas PCH Esmeralda, PCH Santa Rosa e PCH Santa Laura aderiram e repactuação na modalidade de proteção de 100% extinguindo assim o risco de GSF.

Além do mais, é possível a saída e regresso de usinas do MRE (dentro dos prazos e para determinadas usinas), onde as usinas não participantes destes mecanismos devem produzir mensalmente a garantia física alocada para o mês em questão. Verificando esta possibilidade a empresa adotou a estratégia de saída e regresso das usinas de seu portfólio do MRE. PCH Moinho e PCH Passos Maia saíram do MRE em julho de 2015 e regressaram em junho de 2016, já as PCHs Santa Laura e Esmeralda saíram em julho de 2016 e retornaram em julho de 2017.

b) Risco da não prorrogação da autorização ou concessão

A Companhia possui autorização para exploração dos serviços de geração de energia elétrica. Caso a prorrogação da autorização não seja deferida pelos órgãos reguladores ou a mesma ocorra mediante a imposição de custos adicionais para a Companhia, os atuais níveis de rentabilidade e atividade podem ser reduzidos. Não há garantia de que a autorização hoje outorgada a Companhia será, por ocasião de seu vencimento, prorrogada pelo poder concedente.

31. PROVISÕES PARA RISCOS CÍVEIS, TRABALHISTAS E TRIBUTÁRIOS

A Companhia constitui provisões em montante suficiente para cobrir as perdas consideradas prováveis e para as quais uma estimativa confiável possa ser realizada. As principais ações se referem processos trabalhistas, tributários e cíveis. Os valores provisionados são:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2019	31.12.2018	31.12.2019	31.12.2018
Processos trabalhistas	777	384	777	413
Processos tributários	6.432	3.561	6.432	3.561
Processos cíveis	31.328	10.349	36.483	16.840
	<u>38.537</u>	<u>14.294</u>	<u>43.692</u>	<u>20.814</u>

A movimentação dos saldos provisionados é assim demonstrada:

	Controladora	Consolidado
Em 31 de dezembro de 2018	14.294	20.814
Adição	24.663	24.899
Reversão	(420)	(2.021)
Em 31 de dezembro de 2019	<u>38.537</u>	<u>43.692</u>

Contingências possíveis

Os processos judiciais que constituem obrigações presentes cuja saída de recursos não é provável ou para os quais não seja possível fazer uma estimativa suficientemente confiável do valor da obrigação, bem como aqueles que não constituem obrigações presentes, não são reconhecidos, mas são divulgados, a menos que seja remota a possibilidade de saída de recursos.

Processos investigativos

- (a) Como parte do processo de integração ao Grupo Statkraft, após a aquisição pelo Grupo do controle majoritário da Companhia SKER, em 13 de julho de 2015, o Grupo realizou uma investigação interna relacionada a esta subsidiária, sendo que o verificado durante a mesma foi informado às autoridades competentes durante o exercício de 2016 e nesse estágio não é possível prever o resultado final.
- (b) A Companhia e diversos outros réus são Parte em ação civil pública ajuizada pela Associação Nacional Independente dos Participantes e Assistidos da FUNCEF ("ANIPA") que tem por objetivo reconhecer supostos prejuízos causados aos participantes da citada Associação por má administração dos recursos pela FUNCEF. O montante requerido na ação é de R\$8,2 bilhões, inexistindo individualização de valores por réu. Neste momento, fase inicial de instrução processual, não é possível estimar se haverá qualquer impacto para a Companhia, tampouco o valor aproximado de condenação, caso haja. Desta forma o processo remanesce classificado com a avaliação de risco possível, e ilíquida.

A Companhia é ré, entre outros, na ação civil pública cumulada com ação por ato de improbidade administrativa ajuizada inicialmente pelo Ministério Público Federal, e atualmente pelo Ministério Público do Estado de Santa Catarina (em razão de declínio de competência), em virtude de supostos atos de improbidade administrativa na obtenção das licenças ambientais de instalação de usinas eólicas do Parque de Água Doce, no valor histórico de R\$1,3 bilhão. Esta ação judicial tem avaliação de perda possível indicada pelos seus patronos, sendo, contudo, ilíquida para a fase processual em que se encontra o processo.

Os demais passivos contingentes com probabilidade de perda considerada possível são apresentados a seguir:

	Consolidado	
	31.12.2019	31.12.2018
Trabalhistas	457	487
Fiscais	5.237	2.011
Cíveis	<u>1.639</u>	<u>1.632</u>
	<u>7.333</u>	<u>4.130</u>

32. RESULTADO POR AÇÃO

O resultado básico por ação é calculado pela divisão do lucro líquido (ou prejuízo) disponível aos acionistas pela quantidade média ponderada de ações em circulação durante o período. A Companhia não tem categorias de ações ordinárias com potenciais com efeitos diluidores e por isso o resultado do lucro por ação básico e diluído são os mesmos.

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2019	31.12.2018	31.12.2019	31.12.2018
Lucro atribuível aos acionistas ordinários da Companhia	45.236	74.632	45.236	74.632
Quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação	218.371	146.841	218.371	146.841
Lucro por ação	<u>0,20715</u>	<u>0,50825</u>	<u>0,20715</u>	<u>0,50825</u>

33. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 27 de janeiro de 2020, a Companhia realizou aporte de capital em sua controlada em conjunto Passos Maia no montante de R\$20.000.

Na mesma data, a Passos Maia realizou o pagamento antecipado de seu financiamento junto ao BNDES no montante de R\$44.837 referente ao principal, juros e custo adicional de quitação. O pagamento foi realizado parte pelo aporte de capital recebido de seus acionistas e parte através de recursos próprios.

Ainda, no dia 27 de fevereiro de 2020, a Companhia realizou a contratação de dívida bancária no montante de R\$255 milhões. Como ação subsequente ao recebimento desses recursos financeiros, a Companhia realizou aporte de capital nas seguintes subsidiárias: (i) Monel Monjolinho S.A - R\$71 milhões, (ii) Moinho S.A - R\$28 milhões, (iii) Macaúbas Energética S.A - R\$57 milhões, (iv) Seabra Energética S.A - R\$49,5 milhões e (v) Novo Horizonte Energética S.A - R\$49,5 milhões, destinando assim a totalidade dos recursos obtidos através de financiamento bancário.

No dia 28 de fevereiro de 2020, as subsidiárias Monel Monjolinho Energética S.A., Macaúbas Energética S.A., Seabra Energética S.A. e Novo Horizonte Energética S.A., realizaram o pagamento antecipado de seus financiamentos junto ao BNDES e BNB. O total da operação realizada soma R\$286 milhões, sendo este referente ao principal, juros e custo adicional de quitação. No dia 02 de março de 2020, a subsidiária Moinho S.A. realizou o pagamento antecipado de seu financiamento junto ao BNDES no montante de R\$29,1 milhões referente ao principal, juros e custo adicional de quitação.

O pagamento dos financiamentos pelas subsidiárias foi realizado em parte pelo aporte de capital recebido da Companhia e em parte através de recursos próprios.